informações fipe

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Nº 544 Janeiro/2026

ISSN 1678-6335

temas de economia aplicada

Comunicação, Identidade e as Ilusões do Canadá Inglês – Entrevista com Ian Angus (Parte 1)
JULIO LUCCHESI MORAES — p. 3

Julio Lucchesi Moraes discorre sobre os objetivos de Ian Angus, ao refletir sobre a articulação entre Comunicação, Filosofia e Estudos Canadenses, analisando a historicidade do conceito de Canadá Inglês.

Insegurança Alimentar no Mercosul
LUCCAS ASSIS ATTÍLIO — p. 12

Luccas Assis Attílio analisa como a mudança climática afeta a segurança alimentar nos países do Mercosul, mostrando como o aumento da temperatura impacta os preços dos alimentos.

Impactos da Geopolítica na Economia em 2026
GABRIEL BRASIL — p. 19

Gabriel Brasil examina como a intensificação das tensões geopolíticas em 2026 afeta a economia global, destacando o enfraquecimento do multilateralismo e a disputa por inteligência artificial como infraestrutura de poder, dentre outros fatores.

Melhorando a Alocação de Recursos de Emendas Parlamentares na Atenção Primária à Saúde
ANA DI-NUR WAKABAYASHI — p. 22

Ana Di-Nur Wakabayashi avalia a adequação do Índice de Necessidade Potencial de Emendas na Atenção Básica (INEAB) como instrumento de orientação e fiscalização da distribuição municipal de emendas parlamentares destinadas à atenção primária à saúde.

Relatório de Indicadores Financeiros
NEFIN-FEA-USP — p. 29

O NEFIN apresenta os principais fatores de risco utilizados na literatura, assim como o *dividend yield*, *short interest* e IVol-BR, utilizando dados brasileiros.

pesquisa na fea – Economia

p. 33

Esta seção divulga a pesquisa acadêmica desenvolvida por mestrandos e doutorandos do Departamento de Economia da FEA/USP, publicando os resumos das dissertações e teses defendidas recentemente.

economia & história

Nacionalismo, Intervencionismo e Industrialização: o Estado Novo (1937-1945)
IVAN COLANGELO SALOMÃO — p. 35

Ivan Colangelo Salomão analisa o Estado Novo (1937–1945) como o período marcado por autoritarismo político, nacionalismo econômico e forte intervenção estatal, destacando a aceleração da industrialização por substituição de importações.

As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião da Fipe

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1678-6335

Conselho Curador
Simão Davi Silber (Presidente)
André Franco Montoro Filho
Antonio Carlos Coelho Campino
Denisard C. de Oliveira Alves
Francisco Vidal Luna
José Carlos de Souza Santos
José Paulo Zeetano Chahad
Luiz Laurent Bloch

Diretoria

Diretor Presidente
Matheus Gregorini Costa

Diretora de Pesquisa
Maria Helena Garcia Pallares Zockun

Diretora de Cursos
Vera Lucia Fava

Pós-Graduação
Wilfredo Maldonado

Secretaria Executiva
Domingos Pimentel Bortoletto

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Conselho Editorial
Heron Carlos E. do Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z. Chahad
Maria Cristina Cacciamali
Maria Helena G. Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora-Chefe
Fabiana F. Rocha

Preparação de Originais e Revisão
Alina Gasparello de Araujo

Produção Editorial
Sandra Vilas Boas

http://www.fipe.org.br

temas de economia aplicada

Comunicação, Identidade e as Ilusões do Canadá Inglês – Entrevista com Ian Angus (Parte 1)

Julio Lucchesi Moraes (*)

O presente texto dá continuidade à série de conversas com pensadores canadenses. Nesta edição, entrevistamos Ian Angus, Professor Emérito em Humanidades Globais da Universidade Simon Fraser (SFU) na Columbia Britânica, cujo trabalho articula Comunicação, Filosofia e Estudos Canadenses. Nesta primeira parte de nossa conversa, Angus reflete sobre a interseção dessas disciplinas, analisa a historicidade do conceito de Canadá Inglês e problematiza a influência da tradição intelectual hegeliana no país, explorando tensões entre uma tônica otimisma e a realidade política nacional. Para Angus, Filosofia e Comunicação não se reduzem a especulações abstratas: elas se encarnam na análise histórica, política e intelectual do país em contexto global. Articuladas aos Estudos Canadenses e à Economia Política, essas reflexões ajudam a por em evidência tanto os processos concretos de constituição da identidade nacional quanto seus desafios e limitações.

J: Passei alguns dias pensando como começar esta conversa e, no final das contas, acabei optando por abraçar minhas dúvidas e "amar minhas perguntas".[1] Por que Canadá e Comunicação aparecem tão profundamente conectados em seu trabalho? Seria a Comunicação uma marca daquilo que você chama de "Canadá Inglês"?[2]

I: Você está certo ao notar que esta relação existe em meu trabalho, mas ela vai além. Começa, na verdade, com Harold Innis.[3] A característica central de sua obra inicial foi na História Econômica com a teoria dos produtos básicos do desenvolvimento canadense (*staples thesis*).[4] Ela parte do pressuposto de que a localização e a exploração de um determinado recurso natural específico estruturam o processo histórico, e que a sucessão de produtos básicos explica tanto o desenvolvimento histórico quanto, de forma decisiva, o desenvolvimento espacial do Canadá

no continente norte-americano. O primeiro desses produtos foi possivelmente a pesca do bacalhau ou, talvez ainda antes, a caça de castores destinados à produção de chapéus, alimentando a moda em Paris. Posteriormente, outros produtos básicos — como a mineração, o trigo e a pesca — passaram a ocupar diferentes regiões do país.[5]

O interessante na teoria de Innis é que ela coloca o espaço em primeiro plano: a exploração de um recurso ocorre em um determinado local e este produto é transportado para o centro imperial — Grã-Bretanha, França e, posteriormente, Estados Unidos —, onde ocorre seu refino e/ou transformação em material acabado para comercialização como bem de consumo. A relegação do Canadá a uma economia dependente de recursos ocorreu muito cedo e, uma vez inserido nesse ciclo, torna-se difícil rompê-lo. Diferentemente da explicação de Marx sobre a origem do capitalismo, que se concentra exclusivamente na Europa, a teoria dos produtos básicos evidencia o desenvolvimento autônomo de uma forma social a partir de outra, ainda que sujeito a influências externas. Nesse modelo, há um centro imperial, com economia altamente desenvolvida, e uma periferia rica em recursos, subdesenvolvida, destinada à exploração. Entre esses polos há uma conexão: o transporte não envolve apenas matérias-primas, mas também a tecnologia e os meios necessários à sua exploração. Já surgem, desde o início, elementos que destacam a importância do espaço: o desenvolvimento não é autóctone, mas trazido de fora, e há uma justaposição entre tecnologia avançada e formas primitivas de extração — algo que Arthur Kroker mais tarde chamou de "primeiro país pós-moderno" (1984).

O fenômeno da comunicação emerge dessa teoria. Alguns dos primeiros estudiosos de Innis, como Ian Parker (1977), observaram uma conexão entre os dois, isto é, na passagem [teórica] entre a teoria dos produtos básicos na História Eonômica e [no estudo da] Comunicação enquanto fenômeno civilizatório. Transporte e comunicação são cruciais: o transporte para a extração de recursos e a comunicação para a compreensção do surgimento e o declínio das civilizações. Não se trata de uma conexão explícita: o trabalho inicial de Innis se concentrava exclusivamente no Canadá, enquanto o posterior se voltava à Civilização Ocidental. Ainda assim, a relação entre Canadá, desenvolvimento socioeconômico e comunicação é profunda. A teoria da Comunicação aqui se desenvolveu significativamente, de Innis e Marshall McLuhan a outros.[6]

Trabalhei um pouco nesse campo, criticando o chamado modelo de transporte da comunicação, no qual ela é vista apenas como o movimento de informação de um ponto a outro, tal qual no modelo de Shannon e Weaver (1949), que propõe que a comunicação é bem-sucedida se a informação chega intacta. Esse esquema ignora os fenômenos culturais: na comunicação cultural, o que é recebido raramente é idêntico ao que é enviado, e as diferenças muitas vezes são mais interessantes do que a repetição do conteúdo. Portanto, não é a transparência que interessa, mas sim onde ocorrem transformações e diferenças no conteúdo.

Acredito que existe uma conexão profunda entre Teoria da Comunicação e Estudos Canadenses, assim como com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. São, na verdade, um único conjunto teórico. Em meus estudos, especialmente em *Cenas primais da comunicação* (*Primal scenes of communication*, 2000), reconheço Innis como origem dessa forma de pensar e conecto sua teoria ao desenvolvimento socioeconômico canadense. Em *Uma fronteira interior* (*A border within*, 1997), defendi explicitamente essa conexão. A tese não é minha, mas minha versão reflete minha forma particular de pensar sobre esses temas e minha abordagem filosófica. É um tema estabelecido e convincente.

J: O conceito de "Canadá Inglês" é intuitivo e, ao mesmo tempo, pouco conhecido. Você sugere que, embora tenha sido relevan-

te historicamente — sobretudo entre 1930 e 1980 —, hoje se trata de uma categoria conceitualmente morta. Restaria aos intelectuais algo como um lamento, ou melhor, um segundo lamento, já que George Grant lamentou a erosão do projeto canadense nos anos 1960.[7] Poderia explicar esse paradoxo?

I: Começo minha resposta fazendo uma pequena referência à primeira questão. As conexões que sugeri seriam específicas ao Canadá Inglês? Não exatamente. A teoria dos produtos básicos e, eu diria, a Teoria da Comunicação aplicam-se ao país como um todo. Não vejo fortes distinções entre o Canadá Inglês e Francês especificamente neste tema. No entanto, a Teoria da Comunicação foi mais desenvolvida no Canadá Inglês, o que talvez tenha algum significado. Não conheço detalhadamente o desenvolvimento desses temas em Quebec e nas discussões francófonas, portanto não posso afirmar se há um paralelo.

Falando especificamente do Canadá Inglês: se essa categoria ainda é relevante ou não, é preciso primeiro compreender o tipo de categoria que se trata. Falar em Canadá Inglês é complexo. Ao contrário de Quebec, predominantemente francófono, o Canadá Inglês não possui instituições representativas claras. Ele tende, como escrevi em um ensaio (Angus, 2013), a se diluir num todo nacional ou em identidades provinciais. A ideia de que as nove províncias (para além de Quebec) formam uma entidade [culturalmente coesa] é estranha para a maioria das pessoas no Canadá Inglês, embora seja evidente para escritores francófonos de Quebec, devido à diferença linguística.

Chamar uma parte do país de Canadá Inglês evoca a língua predominante na comunicação pública, assim [a noção de um] Canadá Francês remete à língua francesa. Já recebi comentários de pessoas dizendo "mas eu não sou inglês!", e mesmo indivíduos nascidos na Inglaterra, como eu, há muitos anos, agora se consideram canadenses. Isso não invalida a importância pública da língua. O Canadá Inglês tende a ver a língua de forma simplista, apenas como meio de comunicação para a transmissão de informações. Em Quebec, a língua é um fenômeno cultural, profundamente ligada à identidade. No Canadá Inglês, a língua parece pouco relevante para a autopercepção. Algo semelhante ocorre na América Latina: ninguém diria que falar português ou espanhol é irrelevante para sua identidade social. A visão simplista predomina, mas há uma importância pública do inglês como língua social predominante em certas regiões. Imigrantes que não falam a língua inglesa, geralmente precisam aprendê-la para se comunicar, enquanto suas línguas maternas ficam restritas ao espaço doméstico. Questões complexas de sofisticação linguística, estilo de fala e outros aspectos culturais são frequentemente ignoradas — um fenômeno curioso para mim.

Além disso, o termo Canadá Inglês pode ser apenas um rótulo histórico de uma fase específica do desenvolvimento nacional. Ele está no questionamento dos limites do Canadá como um país independente — social, econômica e culturalmente — em vez de dependente dos Estados Unidos ou, anteriormente, dos impérios britânico ou francês. O pensamento mais relevante sobre isso veio de George Grant, em seu livro *Tecnologia e império* (*Technology and empire*, 1969).[8] A questão que se coloca é se um segundo corpo político de língua inglesa poderia existir na América do Norte. Ela é complexa, e intelectuais e políticos do país se debruçam sobre isso há muito tempo. Os EUA são enormes, fundados antes do Canadá, e possuem uma tradição imperialista, buscando influenciar ou controlar acontecimentos ao redor. O próprio nome "Estados Unidos" indica que eles não reconhecem fronteiras naturais para suas aspirações; idealmente, desejam abranger todo o continente. A Doutrina Monroe é um exemplo explícito desse impulso, que ressurge periodicamente, como na [recente] ideia do 51º Estado.

Portanto, o lamento não é pelo Canadá Inglês em si, mas pelo Canadá

como país. A maioria das pessoas que refletiu profundamente sobre isso (Grant, outros e eu mesmo) percebeu até que ponto o país é dominado pelos Estados Unidos e quão pouco os canadenses parecem se incomodar. Esse fenômeno ficou evidente nos debates anteriores ao Acordo de Livre Comércio de 1988 (que depois deu origem ao NAFTA), quando a maioria, no Canadá Inglês, viu a assimilação aos EUA como a maior ameaça e votou contra o acordo. Curiosamente, em Quebec não havia preocupação com a assimilação: eles acreditavam que a língua os manteria separados. Na época, considerei — e ainda considero — uma posição ingênua, mas a decisão era deles. Grant concluiu que não havia vontade política suficiente para separação ou independência. Anos depois, refletindo sobre o tema, cheguei à mesma conclusão: a vontade política de autoafirmação simplesmente não existia.

Parte desse fenômeno se deve à cultura política canadense, especialmente no Canadá Inglês: questões importantes de princípio não são realmente enfrentadas. Não há grandes decisões, tende-se a improvisar e conviver com alternativas sem resolvê-las. Em meus estudos para a publicação de *Uma fronteira interior* (*A border within*, 1997), concluí que isso é um aspecto significativo da cultura política do Canadá Inglês. Apenas a percepção de urgência não é suficiente para o enfrentamento da questão. De fato, ela permaneceu praticamente inalterada desde meados da década de 1980. Hoje, porém, as pessoas se vêem forçadas a confrontar a situação, o que transformou consideravelmente o ambiente político. Indivíduos que antes não se preocupavam com a influência dos EUA agora defendem intensamente a independência do Canadá.

Quanto ao lamento, sim, é paradoxal. A tradição revolucionária, típica da Revolução Francesa — agir e transformar —, é estranha ao Canadá. Existe aqui uma tradição de "negligência benigna": os problemas são ignorados em vez de enfrentados. Por exemplo: muitos canadenses não têm apego à monarquia; quem não apoia simplesmente ignora o tema. É curioso, não é? Concordo que é paradoxal. Ao investigar o que seria necessário para o país ser genuinamente independente, percebe-se que o Canadá não é realmente independente e tampouco parece disposto [a tal empreitada]. Cria-se com isso um cenário muito semelhante ao lamento de George Grant. Inicialmente, não quis seguir por esse caminho, mas, ao final, percebi que a questão fundamental simplesmente não seria enfrentada. Gostaria de estar errado nas circunstâncias atuais, mas teremos que esperar para ver.

J: Gostaria de fazer agora uma pergunta sobre temas de seus escritos filosóficos. Uma questão recorrente que você valoriza é o aspecto dinâmico e constitutivo de posições polêmicas. Você inclusive propõe um termo, *Polemos*, e o apresenta de forma positiva e distinto do modelo hegeliano de superação de contradições (*Aufhebung*). Você não vê um risco de que as polêmicas se transformem em niilismo?

I: Durante muito tempo, separei minhas reflexões sobre Estudos e Filosofia Canadenses de meus trabalhos em Filosofia Continental. Em certo ponto, comecei a perceber que eles se influenciavam mutuamente. Nos últimos dez a quinze anos, senti que esses campos se encaixavam, tornando-se consistentes entre si, mesmo que referências e detalhes fossem diferentes. O *Polemos* é uma posição que desenvolvi na vertente da Filosofia Continental, especialmente em meu último livro, *Fundamentos do marxismo fenomenológico* (*Groundwork of phenomenological marxism*, 2021), onde busquei fornecer fundamentação rigorosa. Ali, eu respondia à questão aberta por Heidegger sobre o espaço em que diferentes posições ocorrem, assim como à questão inicial da Filosofia Ocidental: o que permite que um mundo apareça? De onde vem o mundo? E, naturalmente, a pluralidade de mundos. Minha

compreensão de *Polemos* é que, à medida que um mundo surge, diferentes posições dentro dele também emergem, e essas posições se confrontam. A natureza do mundo é, então, determinada por tais confrontos.

Em meu livro, trato das relações entre opostos, conforme formuladas por Heráclito e outros.[9] Desenvolvo uma posição influenciada por Heidegger, mas que não é, de forma alguma, heideggeriana. Você está certo ao notar que meu distanciamento do marxismo hegeliano (dominante na filosofia canadense[10]) e mesmo minha resposta polêmica a ele revela uma perspectiva diferente sobre a relação entre posições distintas em comparação aos hegelianos. Em resenha recente sobre outro livro a respeito do hegelianismo de esquerda na filosofia canadense, observei que o termo "síntese" é frequentemente usado para encobrir qualquer compromisso diante de uma dualidade.[11] Qualquer dualidade é interpretada como [a existência de] posições dialeticamente diferentes que podem ser reconciliadas em uma síntese, e com isso seguimos confiantes rumo ao futuro. Nunca me convenci disso.

Minha leitura é que a apresentação hegeliana do conflito é cuidadosa, mas tende sempre a mostrá-lo como quase-reconciliado, mesmo que esta reconciliação não seja completa. Por exemplo, diferentes culturas podem coexistir, cada qual percebendo aspectos do mundo que não se integram em uma síntese final. Ainda assim, elas são apresentadas como compatíveis de certa forma. Você está certo: há um risco em se opor a essa visão. Porém, alguns conflitos são realmente insuperáveis e, nesses casos, há risco real de guerra ou destruição. Não vejo como função da Filosofia tornar os fatos mais simples ou menos perigosos do que realmente o são. Se há um aspecto destrutivo no mundo, ele precisa ser examinado e refletido pela Filosofia, não ignorado.

Os hegelianos canadenses, assim como os hegelianos em geral, tendem a ignorar conflitos fundamentais. É nesse sentido que utilizo *Polemos*: a Filosofia é atraída pela diferença, pelo conflito, pelo *Polemos* das posições. Ela não se situa acima da disputa, como tradicionalmente se apresenta. Pelo contrário, precisa assumir posição diante dos conflitos fundamentais de seu tempo. Tentei desenvolver uma forma de pensar que compreenda a oposição, e não apenas um lado dela, [isto é, uma posição que não] suprima sua natureza. No final do livro, proponho "pensar o fogo de dentro do fogo", em referência à metáfora de Heráclito.

Quanto aos hegelianos: embora reconheçam que os conflitos não estão resolvidos, apresentam a resolução como se estivesse próxima, quase plenamente dominada teoricamente. Mas de qual ponto de vista podemos [realmente] afirmar que um conflito pode ser reconciliado? Apenas quando a reconciliação começa a se manifestar. Assumir que oposições podem ser superadas é, portanto, assumir uma posição ainda não demonstrada — ou seja, uma posição polêmica. Você pergunta: o que garante que a polêmica não se tornará niilismo? Nada garante. Seria equivocado ter certeza disso. Certezas desse tipo não são tarefa da Filosofia; elas pertencem à "razão de consolo", de natureza religiosa. A Filosofia busca refletir sobre o que vemos e percebemos, não fornecer conforto.

Isso não significa rejeitar todo tipo de compromisso ou síntese, mas sim rejeitar a ideia de que esses resultados sejam garantidos de antemão. A tradição dominante tende a buscar essa garantia, o que cria um *Polemos* oculto e desfavorece a Filosofia, degenerando em um liberalismo reconfortante de base religiosa. Não vejo o *Polemos* se dissolvendo em niilismo, pois assumir uma posição polêmica é, por definição, tomar posição. Se afirmo, por exemplo, que sociedades baseadas na propriedade privada geram conflitos e sofrimento contínuos, não estou defendendo o sofrimento; estou apontando algo que pode ser transformado. Trata-se de uma

posição, ainda que minoritária, mas crível.

O que poderia ser chamado de niilismo é a crença de que não há síntese possível. Não se trata de uma posição das partes, mas da expectativa de que a Filosofia "domine" os conflitos — algo que, argumentei, ela não faz. A Filosofia busca compreendê-los e intervir neles. O niilismo existe apenas para aqueles que sentem falta da visão reconfortante da Filosofia. Eu a perdi, mas não sinto nostalgia. Enfrentar conflitos fundamentais pode parecer niilista, mas faz parte do que significa ser humano e pode ser abordado filosoficamente — sem ocultar a profundidade de tais conflitos.

J: Ainda nesse tema, em seu livro *País inexplorado* (*Undiscovered country,* 2013), você critica a tradição hegeliana canadense, em parte porque ela parece colapsar diante de fatores históricos contemporâneos, como tecnologia e globalização. Embora o otimismo de pensadores como Charles Taylor[12] seja louvável, é difícil vislumbrar como esses projetos poderiam se expandir além de um âmbito restrito, local. Além disso, tais abordagens costumam negligenciar o componente imperialista presente no projeto canadense. Entendo que sua proposta seja substituir a perspectiva multicultural por uma perspectiva pós-colonial. O que, na sua visão, ganhamos e o que perdemos com essa mudança?

I: Você captou bem: pensadores como Charles Taylor e o hegelianismo canadense, de modo geral, são realmente muito otimistas. E, como disse, trata-se de um otimismo polêmico, que tende a ignorar outras análises possíveis da situação. Quanto às políticas que ele deixa de lado, talvez você conheça um pequeno texto que escrevi sobre Louis Riel e o pensamento político do Canadá Inglês, incorporado no livro *Identidade e justiça* (*Identity and justice*, 2008).

No plano político, isso evidencia o que é marginalizado: as tentativas de comunidades [autoctones] autônomas, que existiram em diversos lugares do Canadá. Uma das mais importantes foram as Rebeliões do Rio Vermelho, no final do século XIX, cujo líder, Louis Riel, se tornou um símbolo.[13] Ele e os Métis lutaram contra o Império Britânico e o nascente Estado canadense. Este se tornou possível graças à marginalização e à derrota militar dessas comunidades autônomas. Esse é, portanto, o efeito político do otimismo oficial do hegelianismo canadense. Gosto de Louis Riel porque ele e os Métis representam um produto da História do Canadá muito mais radical do que a simples ideia de multiculturalidade.

Além disso, busquei mais documentos indígenas. Muitos relatos são transmitidos oralmente ou registrados em decisões legais recentes. Um exemplo é a declaração concisa dos chefes Lillooet:[14] "Estamos vivendo aqui há muito tempo. Não precisávamos de vocês. Não precisamos de vocês agora." Em outras palavras: "Vão se catar!". Esse é o elemento político excluído pelo otimismo do hegelianismo canadense e, frequentemente, também ignorado na escrita da História ou em outras análises sociais. Essa exclusão evidencia a consequência do otimismo oficial e os limites da acomodação da diferença defendida pelo hegelianismo canadense: a diferença é aceita apenas na medida em que não questiona a natureza do Estado canadense. Minha abordagem política se aproxima, portanto, de uma crítica anarquista do Estado e da preservação da memória de outras comunidades autônomas.

Isso responde, em parte, à sua pergunta: o que é deixado de fora? O que fica de fora é [justamente] o componente imperialista do projeto canadense — o Estado canadense, herdeiro do Império Britânico, que mantém relação com suas comunidades internas semelhante à do Império Britânico com suas colônias. Precisamos compreender essa continuidade e buscar formas de questionar o poder político incontestável. A Filosofia Política não se limita a analisar quem detém o poder, mas também o que é justo. Isso é o que permanece ausente. Frequentemente, em conferências, dizem-me que estou "sonhando

com o passado". Em parte, é verdade, mas também estou "sonhando com o futuro".

No nível teórico, você mencionou tecnologia e globalização. A análise da sociedade contemporânea falha se adotarmos apenas uma perspectiva liberal: ela não se sustenta em testes concretos. A análise heideggeriana da tecnologia, defendida por George Grant, não supera esses limites. Graham Nicholson, outro filósofo canadense notável, escreveu um texto sobre a natureza do Estado canadense — algo como "O Estado é Tecnologia". Ele mostra que o Estado é coercitivo, aliado às forças da tecnologia moderna, funcionando essencialmente como um Estado burocrático-tecnológico.[15] Se adotarmos uma Filosofia Política moderada, que não questiona a natureza do Estado moderno ou a influência da tecnologia em todos os aspectos da vida contemporânea, acabamos sem muito a dizer. Isso vale não apenas para o Canadá, mas também para a tradição europeia do século XX e início do XXI.

Minha contribuição principal, ao longo dos anos, tem sido a análise do Império[16] nesse contexto e sua generalização em um conceito filosófico em *Identidade e justiça* (*Identity and justice*, 2008). É importante porque o Império não é apenas histórico ou político: é a imposição de regras de interação já estabelecidas de forma incontestável. O Império é a formalização dessas regras. Portanto, incorporar essa discussão sobre o Império faz toda a diferença. É uma abordagem mais radical da análise do Estado canadense, da tecnologia e do Império. Em termos teóricos, a questão é equilibrar um *Polemos* moderado, pelo meio termo, com uma abordagem filosófica genuinamente questionadora, que examine a sociedade moderna, o Estado e as forças que a impulsionam, independentemente de qualquer política específica.

Referências

ANGUS, Ian H. **A border within:** national identity, cultural plurality and wilderness. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 1997.

_____. **Primal scenes of communication:** communication, consumerism, and social movements. Albany, NY: State University of New York Press, 2000.

_____. **Identity and justice**. Toronto: University of Toronto Press, 2008.

_____. **Love the questions: university education and enlightenment**. Winnipeg: Arbeiter Ring, 2009.

_____. **The undiscovered country: essays in canadian intellectual culture**. Edmonton: Athabasca University Press, 2013.

_____. Hegel and Canada. In: DODD, Susan M.; ROBERTSON, Neil G. (Ed.). **PhaenEx: Journal of Existential and Phenomenological Theory and Culture**, v. 13, n. 1, p. 131–135, 2019.

_____. **Groundwork of Phenomenological Marxism: Crisis, Body, World**. New York; London: Lexington Books, 2021.

ANGUS, Ian H.; BELL, Winthrop Pickard. The idea of a nation. **Symposium**, v. 16, n. 2, p. 34–46, 2012.

DODD, Susan M.; ROBERTSON, Neil G. (Org.). **Hegel and Canada:** unity of opposites? Toronto: University of Toronto Press, 2018.

GRANT, George. **Technology and empire**. Toronto: University of Toronto Press, 1969.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

INNIS, Harold Adams. **The cod fisheries:** the history of an International Economy**.** New Haven; Toronto: Yale University Press; The Ryerson Press, 1940.

_____. **The fur trade in Canada:** an introduction to Canadian Economic History**.** New Haven: Yale University Press, 1930.

_____. The wheat economy. In: _____. **Essays in Canadian Economic History**. editado por Mary Q. Innis. Toronto: University of Toronto Press, 1956a. p. 273-279.

_____. **Pulp and paper industry.** In: _____. **Essays in Canadian Economic History**, editado por Mary Q. Innis, Toronto: University of Toronto Press, 1956b.

KROKER, Arthur. **Technology and the Canadian mind:** Innis, McLuhan, Grant. Victoria, BC: New World Perspectives, 1984.

MEYNELL, Robert A. S. **Canadian idealism and the philosophy of freedom:** C.B. Macpherson, George Grant, and Charles Taylor. Montreal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 2011.

MORAES, Julio Lucchesi. Tecnológicos por definição**:** a Economia Política de Harold Innis e Dallas Smythe na Teoria da Comunicação Canadense**. Informações FIPE**, São Paulo, n. 439, p. 18-22, abr. 2017a.

_____. Staple School: breve apresentação sobre a teoria desenvolvimentista canadense**. Informações FIPE**, São Paulo, n. 441, p. 18-23, jun. 2017b.

_____. Ainda Harold Innis: desenvolvimentismo canadense e teoria do valor**. Informações FIPE**, São Paulo, n. 443, p. 20-23, ago. 2017c.

_____. Harold Innis e Marxismo: encontros e desencontros**. Informações FIPE**, São Paulo, n. 445, p. 14-18, out. 2017d.

_____. Marshall McLuhan e o primado midiático da nova economia. **Informações FIPE**, São Paulo, n. 532, p. 34–38, 2025.

PARKER, I. Harold Innis, Karl Marx and Canadian Political Economy. **Queen's Quarterly**, v. 84, n. 4, p. 545-563, 1977.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication.** Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SIBLEY, Robert C. **Northern spirits:** John Watson, George Grant, and Charles Taylor — appropriations of Hegelian political thought. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2008.

TAYLOR, Charles. **Hegel and modern society.** New York: Cambridge University Press, 1979.

_____. **Sources of the self:** the making of the modern identity. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

1 Faço aqui uma referência ao título de um dos livros de Angus, *Ame Suas Perguntas* (*Love Your Questions*, 2009), que explora a curiosidade intelectual e o valor das perguntas.

2 Angus dedica a introdução e a primeira seção de seu livro *País inexplorado* (*The undiscovered country: essays in Canadian intellectual culture*, 2013) ao exame do conceito de Canada inglês, evidenciando sua centralidade na tradição intelectual do país. Nessa coletânea de ensaios, o termo funciona como eixo analítico para explorar a historicidade da cultura anglófona canadense, a influência da tradição hegeliana e as tensões entre otimismo político-intelectual e realidade sociopolítica, configurando o pano de fundo para o debate crítico que percorre toda a obra.

3 Já tivemos a oportunidade de apresentar e discutir a obra de Harold Innis em diversos artigos desta série (Cf. Moraes, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d).

4 Ver, por exemplo, Moraes (2017b).

5 Angus está se referindo à série de reflexões de Innis sobre diferentes produtos básicos ao longo da história canadense (Innis, 1930, 1940, 1956a, 1956b).

6 Marshall McLuhan também já foi abordado nesta série de estudos (Moraes, 2025).

7 George Parkin Grant (1918–1988) foi um filósofo canadense e professor da Universidade de Toronto, reconhecido por suas análises sobre a identidade e autonomia do Canadá frente à influência dos Estados Unidos. Em sua obra *Tecnologia e Império (Technology and Empire*, 1969), ele lamentou a erosão do projeto canadense de independência política, econômica e cultural.

8 Angus faz na entrevista um comentário de que preocupações similares já existiam, como na palestra feita por Winthrop P. Bell, em 1915, durante sua internação em um campo de prisioneiros de guerra na Alemanha. Winthrop Pickard Bell (1884–1965) foi um acadêmico canadense formado em filosofia que estudou com Edmund Husserl na Universidade de Göttingen, foi internado no campo de prisioneiros de Ruhleben durante a Primeira Guerra Mundial e, em 1915/1916, proferiu a palestra *"Problemas e Possibilidades Canadenses" ("Canadian Problems and Possibilities")* a outros detentos, analisando aspectos da formação nacional canadense a partir de uma perspectiva fenomenológica mesmo em condições adversas. Bell lecionou posteriormente na University of Toronto e em Harvard e contribuiu para a Sociologia e Filosofia Política canadenses. Sobre o tema, ver Angus e Bell (2012).

9 Angus faz referência aqui à Heráclito de Éfeso (c. 535–c. 475 a.C.), filósofo pré-socrático grego, conhecido por sua doutrina do fluxo constante (*panta rhei*) e pela ideia de que a realidade é constituída por opostos em tensão. Para ele, o conflito e a oposição não são meramente destrutivos, mas constituem a ordem e a harmonia do mundo, um princípio central para compreender a mudança e a dinâmica da existência humana.

10 A tradição hegeliana no Canadá é longa e multifacetada, refletindo-se na historiografia, na filosofia política e no pensamento social, influenciando figuras como George Grant, Charles Taylor e C. B. Macpherson. Sobre o tema, ver Sibley (2008), Dodd e Robertson (2018), Meynell, (2011) além do indispensável livro de Taylor (1979).

11 Angus provavelmente se refere aqui à sua resenha do livro Hegel e o Canadá (Angus, 2019).

12 Charles Taylor é um filósofo canadense contemporâneo, conhecido por seus trabalhos em filosofia política, filosofia moral e teoria da identidade. Minha referência a seu otimismo aqui se refere à confiança por ele depositada na capacidade das sociedades modernas de desenvolver projetos de autodeterminação, reconhecimento e pluralismo cultural. Para reflexõees sobre o tema ver, dentre outros, Taylor (1989).

13 As Rebeliões do Rio Vermelho ocorreram entre 1869 e 1870 na região do Rio Vermelho, atual Manitoba, envolvendo os Métis, uma comunidade de descendentes de indígenas e europeus francófonos. Louis Riel (1844–1885) liderou essas revoltas em defesa dos direitos territoriais, culturais e linguísticos dos Métis contra a expansão do recém-criado governo canadense, tornando-se um símbolo duradouro da resistência indígena e da luta por autonomia no Canadá.

14 A *Declaração da Tribo Lillooet* foi assinada em 10 de maio de 1911, em *Spences Bridge* (Colúmbia Britânica), por chefes das comunidades St'at'imc (também chamadas de Lillooet), como uma afirmação de soberania sobre seus territórios tradicionais e um protesto contra a apropriação de terras por colonos não indígenas e o governo da Colúmbia Britânica. O documento afirma que o povo St'at'imc sempre viveu continuamente em seu território, que nunca o vendeu nem cedeu por acordo ou conquista, e que reivindica direitos sobre essas terras frente às reivindicações coloniais. A declaração é considerada um dos primeiros pronunciamentos formalizados de direitos territoriais indígenas na região e um marco na organização política das Primeiras Nações antes da Primeira Guerra Mundial.

15 Angus se refere a Graeme Nicholson (1936–2021), filósofo canadense e professor emérito da University of Toronto, conhecido por seu trabalho em filosofia continental, especialmente Heidegger, Hegel e filosofia política. Nicholson publi-cou extensamente sobre fenomenologia, hermenêutica e o pensamento social canadense, abordando temas como verdade, autoridade, Estado e tecnologia, sempre à luz da tradição continental.

16 O termo "Império", neste contexto, não se refere apenas ao sentido histórico-político tradicional, mas remete ao conceito de *Empire* desenvolvido por Michael Hardt e Antonio Negri (2000), na qual os autores analisam a formação de uma nova ordem global caracterizada por soberania des-centralizada, fluxos econômicos, políticos e militares transnacionais, e mecanismos de controle supranacionais que vão além dos Estados-nação.

(*) Graduado em Ciências Econômicas e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. (E-mail: juliomoraes.jlm@gmail.com).

Insegurança Alimentar no Mercosul

Luccas Assis Attílio (*)

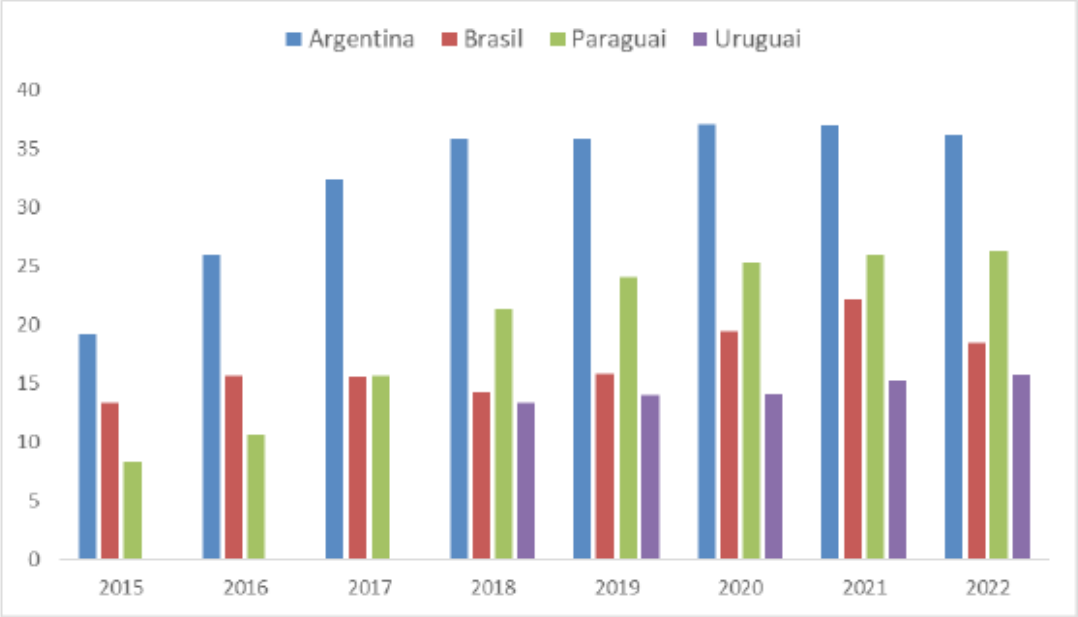
1 Introdução

As ondas de calor, precipitações persistentes e secas em maior frequência indicam que as consequências da mudança climática podem impor custos à sociedade, entre os quais a segurança alimentar.

Conforme ilustrado pela Figura 1, a insegurança alimentar é um desafio dos países do Mercosul. De acordo com a definição do Banco Mundial, a insegurança alimentar ocorre quando, no período de um ano, algum adulto pertencente a uma família reportou episódio de fome, falta de alimentação ou ingestão insuficiente de nutrientes. A Figura 1 mostra que a insegurança alimentar subiu na Argentina, no Paraguai e no Brasil, enquanto se manteve estável no Uruguai.

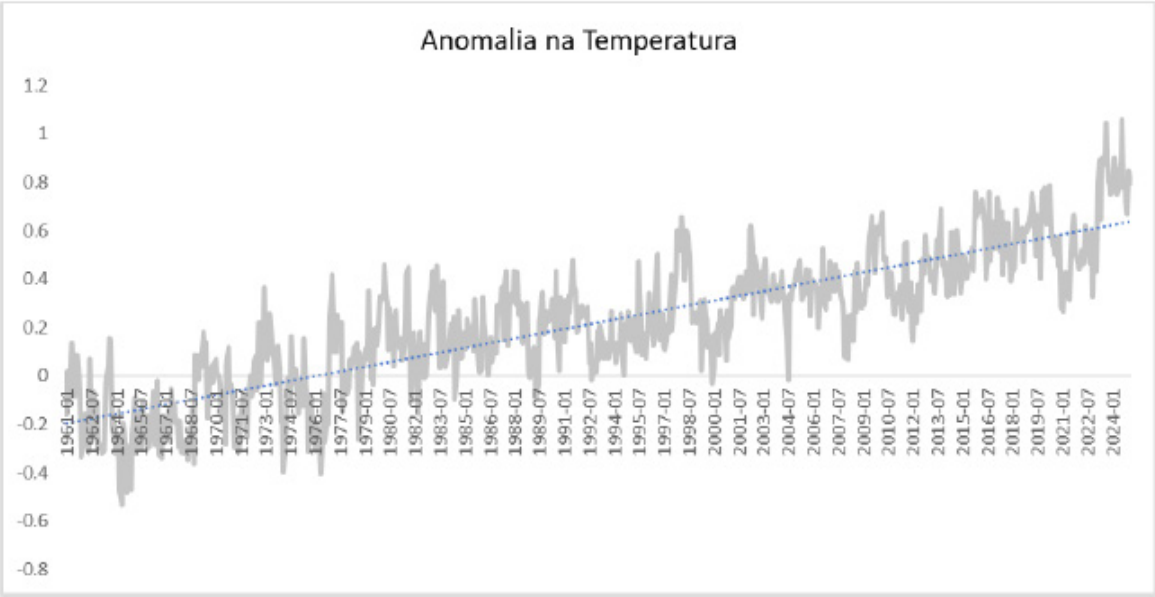
Ao mesmo tempo, como sugerido pela Figura 2, que mostra a anomalia na temperatura, isto é, desvios da temperatura acima de seu nível médio, o planeta tem ficado cada vez mais quente.

Figura 1 – Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada e Severa em Proporção com a População em %)



Nota: Bolívia e Venezuela não estão listadas devido à ausência de dados.
Fonte: Banco Mundial/ World Development Indicators (WDI)/Food and Agricultures Organization of the United Nations (FAO).

Figura 2 – Anomalia da Temperatura



Nota: linha pontilhada indica a tendência linear.
Fonte: Met Office Hadley Centre.

Nesse sentido, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) organizaram o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia, com o tema Segurança Alimentar no Contexto das Mudanças Climáticas, demonstrando uma preocupação com as consequências da mudança climática para a alimentação da população do Mercosul.

Este texto é um resumo do artigo vencedor do Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia 2025, na categoria Jovem Pesquisador, cujo título é *Impacto da mudança climática sobre a segurança alimentar do mercosul.*[1]

2 Revisão de Literatura

Vigevani e Aragusuku (2016) discutem os desafios sociais do Mercosul, destacando a luta contra a pobreza. Os autores defendem que a integração regional poderia ser um caminho para minimizar os índices de pobreza juntamente com políticas para desenvolver áreas mais atrasadas. Borraz *et al.* (2012) mostraram que os efeitos do comércio internacional são distintos nos membros do Mercosul: auxiliaram o Uruguai a melhorar a segurança alimentar, mas pioraram o quadro no Paraguai. Esse estudo mostra que políticas econômicas do tipo "*one size fits all*" pode não se aplicar ao bloco do Mercosul.

A falta de segurança alimentar é um dos componentes de países com pobreza, como é o caso das nações do Mercosul. Todavia, de forma similar com estudos empíricos relativos à pobreza, detecta-se escassez de abordagens empíricas lidando com a segurança alimentar no Mercosul.

Silva (2024), Foester *et al.* (2024) e Nerin *et al.* (2025) discutiram questões de segurança alimentar no Mercosul, como os desafios de lidar com bactérias, contaminações, cadeias de valor e logística. Mirón *et al.* (2023) argumentaram que a mudança climática é relacionada com a piora do rendimento e da qualidade de alimentos, podendo comprometer níveis nutricionais e de segurança alimentar.

Galanakis (2023) discutiu que choques globais, como a Covid-19 e a Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, representam novos desafios para a segurança alimentar.

Brenton *et al*. (2022), Mirzabaev *et al*. (2023) e Tchonkouang *et al*. (2024) defenderam que a mudança climática, ao reduzir a produção de alimentos e gerar o aumento de seus preços, coloca grupos populacionais, especialmente indivíduos no espectro da pobreza, em maiores vulnerabilidades diante da elevação do custo alimentar. Conforme os preços de alimentos se elevem em decorrência de mudanças climáticas, como o aumento da temperatura global, a segurança alimentar é negativamente afetada devido à menor produção de alimentos conjugada com maiores preços.

No tocante aos estudos empíricos, Skrypnyk *et al*. (2021) empregaram dados em painel para mostrar que a mudança climática reduz a produção de alimentos da Ucrânia. Javadi *et al*. (2022) focaram no Irã e demonstraram, usando o modelo Computable General Equilibrium (CGE), que a mudança climática piora a segurança alimentar dos iranianos. Chandio *et al.* (2021), por meio de um ARDL, obtiveram estimativas revelando que a mudança climática reduz a produção de alimentos da Turquia. Affoh *et al*. (2022) analisaram a África Subsaariana e, similarmente aos trabalhos anteriores, documentaram, também utilizando um ARDL, que a mudança climática, mensurada pelas emissões de gás carbono, afeta negativamente a produção de alimentos, gerando preços de alimentos crescentes.

É surpreendente que estudos empíricos tenham concedido pouco foco ao Mercosul, dado o grande contingente de indivíduos em condições vulneráveis neste bloco que, portanto, estariam reféns das mudanças climáticas. Preços crescentes de alimentos poderiam representar empecilho adicional ao objetivo de melhorar a segurança alimentar.

Em relação aos métodos econométricos usados, enquanto dados em painel fornecem análise de causalidade e modelos ARDL permitem a obtenção de relações estatísticas tratando variáveis como exógenas, porém defasadas, no tema mudança climática tais abordagens têm pelo menos três limitações.

A primeira é que elas tratam a mudança climática como exógena, isto é, não gerada pelos países. Esse ponto é questionável, pois parte da mudança climática advém das emissões de gás carbônico produzidas pelos países. Em outras palavras, a mudança climática é um processo endógeno: gerado pelas economias e que também as afetam.

A segunda limitação é a ausência de efeitos de transbordamento. Como argumentado por Attílio *et al*. (2023) e Attílio e Silva (2025), a mudança climática não respeita fronteiras nacionais e os seus efeitos atingem diferentes países no globo.

Finalmente, a última limitação é relativa à heterogeneidade. Dados em painel reúnem amostras com muitos países, mas apresentam somente um coeficiente para toda a amostra, negligenciando as respostas de cada país.

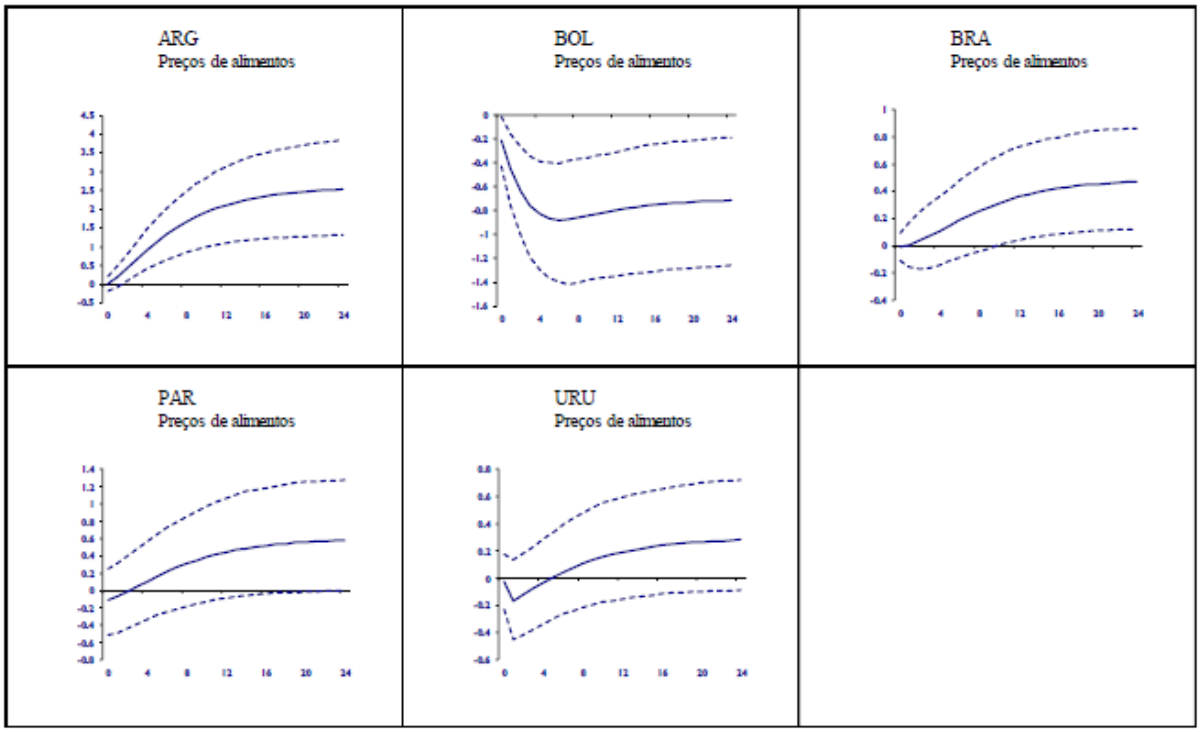
Desta forma, uma contribuição desse artigo é usar um modelo econométrico que supera essas três limitações. O GVAR trata a mudança climática como variável endógena, a qual: afeta e é afetada pelos países, incorpora efeitos de transbordamento e apresenta o comportamento de cada país do Mercosul diante da mudança climática.

Outra contribuição é que, salvo engano, não há estudos empíricos utilizando o GVAR para analisar como os preços de alimentos e a segurança alimentar do Mercosul reagem ante a mudança climática.

3 Resultados

O artigo utilizou um GVAR entre os anos 2003 e 2019 para analisar o impacto da mudança climática sobre os preços de alimentos dos países do Mercosul. A Figura 3 simula o agravamento da mudança climática ao aplicar um choque positivo sobre a anomalia na temperatura, ou seja, simula-se um planeta com maior temperatura média.

Figura 3 – FIRG de um Choque sobre a Temperatura e as Respostas dos Preços de Alimentos



Nota: linhas tracejadas indicam os intervalos de confiança de 90%. Linha sólida é a estimativa média. O eixo horizontal mostra os períodos após o choque, variando de 1 mês até 24 meses.

Observa-se que os preços de alimentos sobem na Argentina e no Brasil. De forma não esperada, os preços decrescem na Bolívia. Tanto no Paraguai quanto no Uruguai os preços sobem, mas não são estatisticamente significativos.

A Tabela 1 mostra a decomposição da variância dos preços de alimentos, evidenciando que, no último período (24 meses), a temperatura (coluna central) é responsável por 26% da variação dos preços da Argentina, por 10% na Bolívia, 3% no Brasil, 2% no Paraguai e 1% no Uruguai.

Tabela 1 – Decomposição da Variância dos Preços de Alimentos

	ARGENTINA		Temperatura	Preços internacionais	
	food	e		Petróleo	Commodities
1	90.80	6.79	0.56	1.10	0.75
12	27.47	3.10	20.49	19.75	29.19
24	10.54	1.26	26.23	24.66	37.30

	BOLÍVIA		Temperatura	Preços internacionais	
	food	e		Petróleo	Commodities
1	89.84	7.04	2.68	0.07	0.37
12	49.81	38.73	10.51	0.32	0.63
24	41.23	47.74	10.46	0.18	0.38

	BRASIL		Temperatura	Preços internacionais	
	food	e		Petróleo	Commodities
1	98.06	1.72	0.01	0.13	0.09
12	95.44	0.30	1.52	0.84	1.89
24	88.55	0.22	3.82	2.46	4.95

	PARAGUAI		Temperatura	Preços internacionais	
	food	e		Petróleo	Commodities
1	97.53	0.16	0.07	0.53	1.71
12	86.92	0.40	1.13	3.61	7.93
24	79.29	0.38	2.57	5.81	11.95

	URUGUAI		Temperatura	Preços internacionais	
	food	e		Petróleo	Commodities
1	88.55	0.37	0.55	3.90	6.63
12	67.13	0.05	0.50	13.32	19.00
24	58.85	0.02	1.28	16.29	23.55

Embora não exibidos devido ao espaço, outros resultados mostram que a mudança climática poderia elevar os preços do petróleo e de *commodities*, e estes, por sua vez, indiretamente, poderiam elevar os preços nacionais de alimentos. Nesse sentido, há canais indiretos de influência da mudança climática sobre os preços de alimentos.

4 Conclusão

Este artigo demonstrou que a mudança climática pode impor maiores desafios às nações do Mercosul: a insegurança alimentar poderia piorar. Diante dessa evidência, políticas públicas poderiam ser construídas para mitigar o efeito negativo.

Neste sentido, o trabalho propõe seis políticas que poderiam ser implementadas. A primeira sugere que os países do Mercosul não deveriam controlar os preços de alimentos, mas sim deixá-los flutuar livremente, pois o controle de preços poderia gerar escassez de alimentos. A segunda política seria a transferência de renda de governos, nos moldes de programas como o Bolsa Família, para grupos populacionais vulneráveis

aos preços de alimentos. A terceira política seguiria a anterior: transferência de alimentos. A quarta política mira a oferta de alimentos: governos poderiam oferecer crédito subsidiado para pequenos agricultores (agricultores familiares), assim como transferências de materiais (sementes e insumos) e tecnologia (máquinas mais eficientes). A quinta política envolveria a maior integração regional entre os países do bloco, o que significaria maior intercâmbio de mercadorias, incluindo alimentos. Espera-se que o maior mercado consumidor incentive produtores a expandirem a produção de alimentos. Como todas essas políticas têm custos fiscais, a última política seria baseada na criação do Fundo de Emergência Climática (FEC). O FEC receberia aportes mensais de governos, os quais seriam aplicados em ativos de alta liquidez. Quando necessário, esses fundos poderiam ser sacados para financiar as políticas elencadas.

Recomenda-se que governos operem com superávits primários (no melhor cenário, superávits nominais, incluindo os juros da dívida), pois parte da sobra de recursos poderia ser usada para elevar os fundos do FEC.

Finalmente, recomenda-se ainda que as políticas do FEC sejam elaboradas e recomendadas por uma comissão de técnicos e pesquisadores da área, para que análises de custo e benefício sejam realizadas para justificar as políticas e fornecer melhor uso do recurso público.

Referências

AFFOH, R.; ZHENG, H.; DANGUI, K.; DISSANI, B. M. The impact of climate variability and change on food security in sub-saharan africa: perspective from panel data analysis. **Sustainability**, v. 14, n. 2, p. 759, 2022.

ATTÍLIO, L. A.; FARIA, J. R.; RODRIGUES, M. Does monetary policy impact CO2 emissions? A GVAR analysis. **Energy Economics,** 119, 106559, 2023

ATTÍLIO, L. A.; SILVA, E. C. Impacts of the European energy transition: Spillover effects and transmission channels. **Innovation and Green Development**, v. 4, n. 3, 100230, 2025.

BORRAZ, F., ROSSI, M.; FERRES, D. Distributive effects of regional trade agreements on the 'small trading partners': Mercosur and the case of Uruguay and Paraguay. **The Journal of Development Studies**, v. 48, n. 12, p. 1828-1843, 2012.

CHANDIO, A. A.; GOKMENOGLU, K. K.; AHMAD, F. Addressing the long-and short-run effects of climate change on major food crops production in Turkey. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 28, n. 37, 51657-51673, 2021.

GALANAKIS, C. M. The "vertigo" of the food sector within the triangle of climate change, the post-pandemic world, and the Russian-Ukrainian war. **Foods**, v. 12, n. 4, 721, 2023.

JAVADI, A.; GHAHREMANZADEH, M.; SASSI, M.; JAVANBAKHT, O.; HAYATI, B. Economic evaluation of the climate changes on food security in Iran: application of CGE model. **Theoretical and applied climatology**, v. 151, n. 1 p. 567-585, 2023.

MIRÓN, I. J.; LINARES, C.; DÍAZ, J. The influence of climate change on food production and food safety. **Environmental Research**, 216, 114674, 2023.

MIRZABAEV, A.; KERR, R. B.; HASEGAWA, T.; PRADHAN, P.; WREFORD, A.; VON DER PAHLEN, M. C. T.; GURNEY-SMITH, H. Severe climate change risks to food security and nutrition. **Climate Risk Management**, 39, 100473, 2023.

NERIN, C.; ALAN, R. B.; KANUNGO, D.; SARAH, D.; THOMAS, G.; CHRISTIAN, K.; SI, W. Review of potential areas for global harmonisation of risk assessment protocols for Food Contact Materials (FCMs). **Trends in Food Science & Technology**, 104987, 2025.

SILVA, A. F. Safety of South American food exported to Europe: an analysis of RASFF system notifications from the last 4 years. In: CONGRESSO DE SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS (CSQA), 2, 2024. **Anais** [...], 2024. v. 2, n. 2.

SKRYPNYK, A.; ZHEMOYDA, O.; KLYMENKO, N.; GALAIEVA, L.; KOVAL, T. Econometric analysis of the impact of climate change on the sustainability of agricultural production in Ukraine. **Journal of Ecological Engineering**, v. 22, n. 3, 2021.

TCHONKOUANG, R. D.; ONYEAKA, H.; NKOUTCHOU, H. Assessing the vulnerability of food supply chains to climate change-induced disruptions. **Science of the Total Environment,** 920, 171047, 2024.

VIGEVANI, T.; ARAGUSUKU, J. A. Mercosur and the struggle against poverty. In: BIANCULLI, A.C.; HOFFMANN, A.R. (Ed.) **Regional organizations and social policy in Europe and Latin America***:* a space for social citizenship? London: Palgrave Macmillan UK, 2016, p. 75-91.

1 Link da divulgação do prêmio: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/12/mcti-e-cnpq-divulgam-os-contemplados-com-o-premio-mercosul-de-ciencia-e-tecnologia-2025.

Link da entrevista dos vencedores: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/premios/saberes-de-comunidades-tradicionais-e-consciencia-sobre-o-impacto-das-mudancas-climaticas-guiam-os-trabalhos-contemplados-com-o-premio-mercosul-2025.

(*) Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
(E-mail: luccas.attilio@ufop.edu.br).

Impactos da Geopolítica na Economia em 2026

Gabriel Brasil (*)

Introdução

O mundo começa 2026 navegando uma combinação pouco virtuosa de incertezas geopolíticas em múltiplas frentes, que testarão a resiliência da cooperação internacional – a qual já enfrenta, por sua vez, dificuldades significativas. Como tem sido o caso nos últimos anos, incerteza geopolítica continuará representando incerteza econômica, atrapalhando a capacidade dos países e das empresas de se planejarem para o futuro e de endereçarem desafios importantes do presente.

Apesar de avanços recentes, a ciência política e a ciência econômica ainda carecem de metodologias que possam, de maneira rigorosa, acomodar com precisão a incerteza geopolítica crescente em projeções econômicas. No entanto, é possível identificar macrotendências que, dadas as suas naturezas, tendem a interagir com o ambiente econômico de forma mais direta, como o exercício a seguir – que mapeia cinco grandes temas – se propõe a fazer.

1 O Rearranjo da Ordem Internacional

Em 2026, parece razoável assumir que as instituições importam menos. Por muito tempo após a segunda guerra mundial, o planeta viveu o que estudiosos chamariam de uma ordem internacional baseada em regras – isto é, um regime no qual instituições multilaterais, apesar das suas imperfeições, mediavam as relações entre os países, por exemplo, no comércio e em relação ao respeito a fronteiras estabelecidas.

Nos últimos anos, e graças sobretudo (mas não apenas) ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, isso mudou: agora o mundo vive, em boa medida, uma ordem internacional baseada em poder, na qual o que importa mais é a capacidade dos países de projetar força – militar, econômica, tecnológica ou informacional – e de impor custos aos demais, com regras cada vez mais tratadas como instrumento tático, e não como limite estratégico.

Nesse contexto, países médios e emergentes – como o Brasil – operam num tabuleiro mais aberto, porém mais irregular: há espaço para diversificar alianças e arbitrar disputas, mas com maior exposição econômica a sanções cruzadas, choques em cadeias de suprimento e reprecificação súbita de risco político em setores de maior vulnerabilidade (como os de *commodities* e de energia). Outra implicação econômica é a dificuldade, na ausência de cooperação institucional, de se enfrentar desafios estruturais, como a crise climática.

Esse rearranjo provavelmente continuará. Embora ele possa ser desacelerado em certa medida por uma provável derrota de Trump nas eleições de meio de mandato dos EUA, o mundo – cada vez mais marcado por radicalizações – parece carecer de elementos que possam promover um retorno à racionalidade do multilateralismo.

2 As Consequências da Corrida pela Inteligência Artificial

Goste-se ou não, é improvável que se encontre projeções sobre 2026 que não incluam IA como um componente central da narrativa sobre como o próximo ano vai se desenrolar. Geopoliticamente, isso se deve ao fato de a tecnologia estar se tornando uma infraestrutura de poder – seja do ponto de vista regulatório, militar ou principalmente econômico.

Tudo indica que a disputa pela liderança nos modelos de inteligência generativa, por acesso aos melhores *data centers*, chips e pelos recursos que possam viabilizar tudo isso – sejam minerais, água ou energia – vai ser um componente central em muitas discussões diplomáticas, movimentadas também pelo setor privado.

Além disso, os esperados – embora ainda incertos na sua magnitude e formato – ganhos de produtividade trazidos pelas novas ferramentas de IA tendem a se tornar um pouco mais claros no próximo ano, à medida que os vultosos investimentos realizados no setor, nos últimos três anos, se tornam mais maduros – ainda que isso traga decepções para muitos dos investidores.

Em paralelo, a tecnologia também continuará a desafiar a integridade do debate público. No Brasil, por exemplo, é provável que as eleições de outubro sejam marcadas por um número elevado de casos de desinformação viabilizados sobretudo pelo uso de *deep fakes*.

3 A Normalização da Crise Climática

Embora as temperaturas médias de 2025 tenham sido um pouco menores do que as 2024, ainda assim foram as terceiras mais altas da história, e os dez anos mais quentes já registrados ocorreram na última década. Trata-se de um sinal gritante da aceleração da crise climática, que segue promovendo disrupções econômicas significativas – ainda que silenciosas – e danos humanitários de múltiplas proporções.

Ocorre que, ao contrário do que a aceleração da crise deveria sugerir, ela parece estar sendo acompanhada de uma perigosa normalização. Isto é, ainda que muitos governos, empresas e indivíduos reconheçam sua importância, os últimos anos têm visto uma diluição do senso de urgência social, que tem atrapalhado o avanço das agendas de mitigação e adaptação climática. Razões para isso incluem um conflito persistente de prioridades políticas, um sentimento crescente de impotência por parte de certos grupos e, na esteira do radicalismo, a ressurgência do negacionismo.

No Brasil, o tema provavelmente aparecerá novamente de forma tímida nas eleições – ainda que retorne aos noticiários, de modo inevitável, com os próximos eventos extremos que atingirão as cidades e seus habitantes, relembrando que a crise, longe de ser abstração, é questão de saúde pública, economia e infraestrutura.

4 A Proliferação de Focos de Conflitos e Incerteza

Em praticamente todas as regiões do globo – da América Latina da Venezuela ao Oriente Médio do Irã e à Europa da Ucrânia – há pontos de conflitos ou incertezas que continuarão a representar riscos geopolíticos e macroeconômicos no próximo ano.

Embora acordos temporários possam mitigá-los, parece improvável que eles não sejam fragilizados pela crescente deterioração do ambiente institucional, como discutido no primeiro ponto deste texto.

Além disso, a natureza curto-prazista da maioria das negociações – em vários casos movidas por agendas pessoais de atores como Trump, que já deixou publicamente claro seu desejo de se tornar um candidato ao Prêmio Nobel da Paz, ao mesmo tempo em que atende a interesses da indústria petrolífera no caso da Venezuela – significa que é improvável que elas enderecem os motivos estruturais da volatilidade.

Para além dos países citados, incertezas no Sudão, na fronteira entre a Etiópia e a Eritréia, e na relação entre Afeganistão e Paquistão são pontos de atenção importantes para 2026 – isso tudo sem considerar as notórias tensões já há tempos no radar entre Rússia e a OTAN, que parecem longe de arrefecidas, e a latente ameaça a Taiwan representada pelas ambições geopolíticas da China, que teria provavelmente o maior impacto de disrupção global caso materializada.

5 Fragilidade Financeira

De acordo com a anedota, economistas previram 11 das últimas 10 crises financeiras – um lembrete de como é difícil antecipar choques no setor. Dito isso, é possível avaliar tendências que parecem perigosas, ainda que elas não culminem num episódio de ruptura. Em 2026, o mundo começa navegando por algumas.

A principal delas é o fato de que estruturas de dívida importantes – públicas e privadas – têm se mostrado cada vez mais vulneráveis às transformações econômicas em curso globalmente, que incluem crescimento potencial mais modesto, envelhecimento populacional crescente e demandas agudas por gasto em defesa, em saúde e na transição energética.

Camadas menos visíveis dos mercados de dívidas – como aquelas em torno do chamado *shadow banking*, liderado por fundos de crédito privado – têm chamado particular atenção de economistas. Em paralelo, a resiliência de atores particularmente expostos a choques políticos e climáticos, como as seguradoras, também seguirá testada no próximo ano.

Para piorar, o ator individual de maior capacidade de promover estabilidade nos mercados globais, o banco central dos Estados Unidos (o FED), atualmente sofre o maior ataque à sua independência da sua história, patrocinado pelo governo Trump. Como amplamente reportado pela imprensa americana nas últimas semanas, o presidente tem expressado insatisfação com a política monetária adotada pela instituição e, como resposta, tem mobilizado o aparato estatal para pressionar sua diretoria. Trump indicará um novo chefe para a instituição, que tomará posse em maio e que deve, muito provavelmente, ser mais comprometido com as agendas pessoais de Trump do que propriamente com o importante mandato da instituição.

Conclusão

Em 2026, as principais projeções da geopolítica na economia parecem menos inovadoras, mas nem por isso menos importantes: em geral, refletem tendências que já estavam em curso, mas com mais densidade e não necessariamente mais clareza. Será tarefa árdua para os economistas acompanhar os desdobramentos da política internacional e, com base nesses desdobramentos, avaliar seus impactos na economia global e também em ambientes domésticos.

(*) Gabriel Brasil é economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Economia Política Internacional pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).

Melhorando a Alocação de Recursos de Emendas Parlamentares na Atenção Primária à Saúde[1]

Ana Di-Nur Wakabayashi (*)

1 Introdução

Emendas parlamentares (EPs), estabelecidas no Brasil pela Constituição de 1988, são um dispositivo de participação do Poder Legislativo no processo orçamentário. Após o Poder Executivo propor o orçamento anual, detalhando possíveis receitas e despesas, o Legislativo pode usar EPs para ajustá-lo, corrijindo eventuais lacunas e atendendo a demandas do eleitorado. Assim, EPs serviriam para equilibrar os poderes e inserir demandas locais no orçamento. No entanto, diversos estudos indicam que parlamentares brasileiros intervêm em nível desproporcional em comparação com outros países (Mendes, 2022) e que as EPs são associadas à ineficiência, clientelismo e corrupção (Baptista *et al.*, 2012).

Entre as diversas áreas contempladas por EPs, a saúde é particularmente popular. A princípio, essa prevalência tem uma explicação jurídica: a instituição do orçamento impositivo em 2014, que tornou obrigatória a execução das emendas individuais e determinou a destinação de metade delas à saúde (Cavalcanti, 2025). No entanto, Silva *et al.* (2024) destacam que a centralidade da área é anterior à instituição dessa regra e se origina na grande visibilidade das ações nesse campo (como a aquisição de equipamentos, veículos e medicamentos ou pequenas obras e instalações), a qual garante retorno eleitoral significativo aos seus proponentes. Em conjunto, esses fatores levam parlamentares a destinarem bilhões de reais à saúde a cada ano.

A dimensão desses valores evidencia a importância de planejar bem sua alocação, usando critérios transparentes e coordenando-a com as políticas públicas de saúde existentes. Esse cuidado se torna ainda mais relevante quando se considera que os recursos de EPs destinadas à saúde já se tornaram equivalentes ao orçamento discricionário do próprio Ministério da Saúde (GIFE, 2023). No entanto, pesquisadores como Baptista *et al.* (2012) demonstram que sua destinação tem seguido critérios político-parlamentares no lugar de técnicos ou equitativos. Como consequência prática, ocorre o favorecimento de determinados entes subnacionais: as regiões Norte e Nordeste — que recebem mais recursos *per capita* por possuírem mais parlamentares *per capita* (Nobre *et al.*, 2024) — e municípios que já possuem uma capacidade consolidada de oferecer serviços de APS à sua população (GIFE, 2023). Assim, uma ferramenta que teria o potencial de atender às necessidades locorregionais negligenciadas acaba por comprometer a qualidade de políticas públicas ao gerar distorções e prejudicar a expansão de ações e serviços de saúde.

Para alocar recursos de forma sistemática e equitativa, é importante ter medidas quantitativas que indiquem os municípios com maior necessidade. Por isso, a Rede Temática de Saúde do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) propôs o Índice de Necessidade Potencial de Emendas na Atenção Básica (INEAB), um indicador composto que agrega dados ligados à cobertura, aos resultados em saúde e à disponibilidade de recursos em nível municipal. Dessa forma, o INEAB indicaria aos parlamentares quais municípios mais se beneficiariam de recursos adicionais, favorecendo aqueles com grande dependência do SUS, cobertura e resultados em saúde fracos e baixa disponibilidade de recursos.

Este estudo examina os subindicadores, pesos, método de normalização e método de agregação selecionados para a composição do INEAB e avalia sua robustez com base no manual *Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide* (Comissão Europeia; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2008). São utilizados dados municipais e regionais de 2021 a 2024, disponíveis em plataformas de órgãos governamentais (Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, IBGE, Tesouro Nacional e Senado Federal) e coletados pelo GIFE e pela autora. Ao final do trabalho, é determinado se o indicador é robusto e, portanto, pode ou não ser utilizado por parlamentares para distribuir recursos e/ou pela população para fiscalizar essa distribuição.

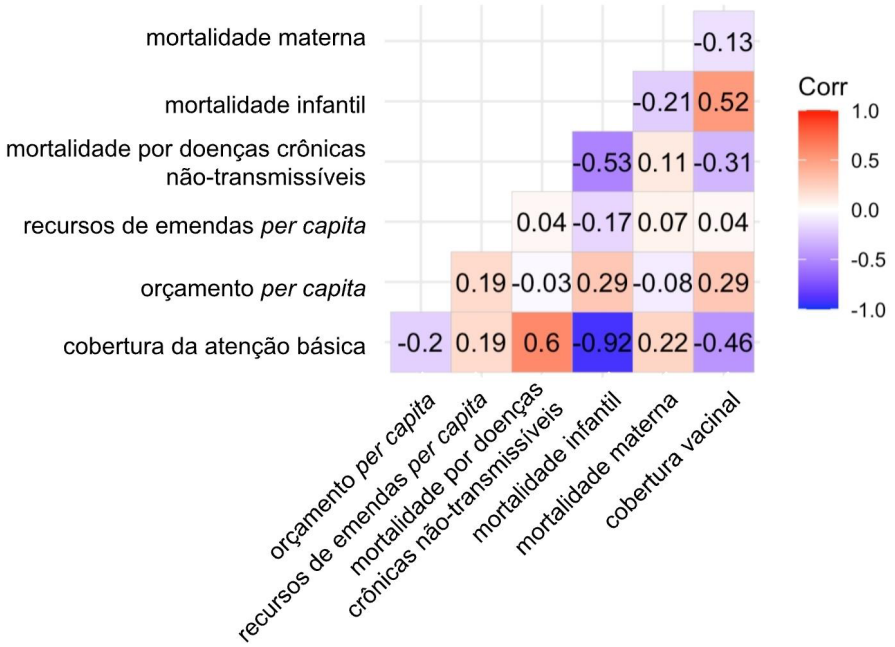
2 Construção do INEAB

Indicadores compostos são amplamente utilizados em análises econômicas e políticas, como exemplificam o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e podem ser ferramentas importantes para formuladores e avaliadores de políticas públicas. Seu propósito é reunir informações de diversos indicadores em uma única medida que atue como resumo, facilitando comparações e a identificação de tendências. Apesar de sua utilidade, o uso de indicadores compostos requer cautela, uma vez que sua construção envolve várias escolhas metodológicas, cada uma com implicações distintas.

Conforme o *Handbook* da Comissão Europeia e da OCDE, essas escolhas passam pela: i) seleção dos subindicadores; ii) normalização dos subindicadores, que busca mitigar o impacto de diferenças de unidade ou distribuição; iii) atribuição de pesos aos subindicadores, que podem ser definidos por autoridades no tema ou por métodos estatísticos, e iv) agregação dos subindicadores em uma única medida. A análise do relatório que apresenta o INEAB (GIFE, 2023) revela fragilidades sobretudo no primeiro e segundo aspectos.

Em primeiro lugar, o relatório apresenta oito indicadores que poderiam compor o INEAB, mas somente inclui seis deles no cálculo final. Todos são razoáveis intuitivamente e, conforme ilustrado pelo Gráfico 1, não apresentam correlações altas a ponto de justificarem sua exclusão por redundância. Diante disso, este estudo opta por calcular duas versões do INEAB: uma com todos os subindicadores apresentados pelo GIFE ("INEAB ampliado") e outra somente com o subconjunto de fato selecionado pelo GIFE ("INEAB selecionado").

Gráfico 1 — Correlação entre Possíveis Subindicadores do INEAB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Siga Brasil e dados coletados pelo GIFE.

Uma segunda fragilidade é o método de normalização dos subindicadores escolhido pelo GIFE, chamado de "escala categórica" pelo manual da Comissão Europeia e da OCDE. Essencialmente, os municípios são divididos em quintis segundo cada subindicador e recebem a pontuação de 0,2, 0,4, 0,6, 0,8 ou 1 de acordo com seu quintil e correspondente grau de vulnerabilidade. A exemplo do orçamento, os 1114 (20% de 5570) municípios com mais recursos (menos vulneráveis) recebem 0,2 ponto, enquanto os 1114 municípios com menos recursos (mais vulneráveis) recebem 1 ponto. Por outro lado, os 1114 municípios com maior mortalidade (mais vulneráveis) recebem 1 ponto, enquanto os 1114 municípios com menor mortalidade (menos vulneráveis) recebem 0,2 ponto. Ao reduzir a distribuição a meros cinco valores, esse incomum método de normalização leva a grande perda de informação sobre a variância e distorce a distribuição das variáveis.

Devido aos problemas da escala categórica, é preferível a adoção de uma alternativa amplamente utilizada por economistas, como o *z-score*. Nesse método, ao tomar cada valor, subtrair a média e dividir o resultado pelo desvio padrão da amostra, obtém-se uma nova distribuição com média igual a zero e variância igual a um para todas as variáveis. Dessa forma, atinge-se o objetivo de torná-las comparáveis e, simultaneamente, preserva-se a variação dos valores.

Para a ponderação dos subindicadores, são mantidos os pesos atribuídos a cada dimensão pela Rede Temática de Saúde do GIFE, que reúne organizações do investimento social privado, organizações da sociedade civil e think-tanks da área e, portanto, pode ser considerada uma autoridade no tema. Assim, a dimensão de cobertura tem peso de 30%; a de disponibilidade de recursos, 10%, e a de resultados em saúde, 60%, pois ela é considerada o "reflexo principal de uma política de atenção primária bem sucedida" (GIFE, 2023). Como na versão original do INEAB, o peso de cada subindicador é determinado ao dividir o peso atribuído à dimensão pela quantidade de subindicadores nela englobados. O resultado são os pesos indicados no Quadro 1.

Quadro 1 — Composição dos Índices de Necessidade Potencial de Emendas na Atenção (INEABs)

Dimensão	Indicadores	Peso no INEAB ampliado	Peso no INEAB selecionado
Cobertura (peso total 30%)	Cobertura populacional estimada na Atenção Básica - Saúde da Família	30%	30%
Disponibilidade de recursos (peso total 10%)	Orçamento municipal para a Saúde	5%	10%
	Emendas para a atenção básica per capita	5%	0%
Resultados em saúde (peso total 60%)	Taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis	15%	20%
	Taxa de mortalidade infantil direta da região de saúde	15%	20%
	Taxa de mortalidade materna da região de saúde	15%	20%
	Taxa de cobertura vacinal	15%	0%
Percentual da população usuária exclusiva do SUS (variável de ponderação)			

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao método de agregação, considera-se válida a decisão tomada pelo GIFE, que emprega um método aritmético. Isso porque métodos geométricos são utilizados quando se deseja reduzir a substituibilidade entre variáveis (ou seja, evitar que uma pontuação alta em certa variável compense uma pontuação baixa em outra), algo que não é declarado como um objetivo dos formuladores do INEAB. Portanto, os indicadores de cobertura, disponibilidade de recursos e resultados em saúde são agregados por meio de uma média aritmética ponderada e, conforme proposto pelo GIFE, esse resultado é multiplicado pelo percentual da população do município que é usuário exclusivo do SUS de modo a priorizar municípios com alto grau de utilização de serviços públicos de saúde.

Dessa forma, são calculadas duas versões do INEAB, cada uma com uma seleção diferente de subindicadores e pesos, mas ambas com subindicadores normalizados por *z-score* e agregados por média aritmética. A comparação das classificações municipais resultantes para o ano exemplo de 2023 evidencia que a seleção de subindicadores de fato altera as posições relativas dos municípios: em média, a diferença entre o *rank* por INEAB ampliado e o *rank* por INEAB selecionado do mesmo município é de 526 posições.

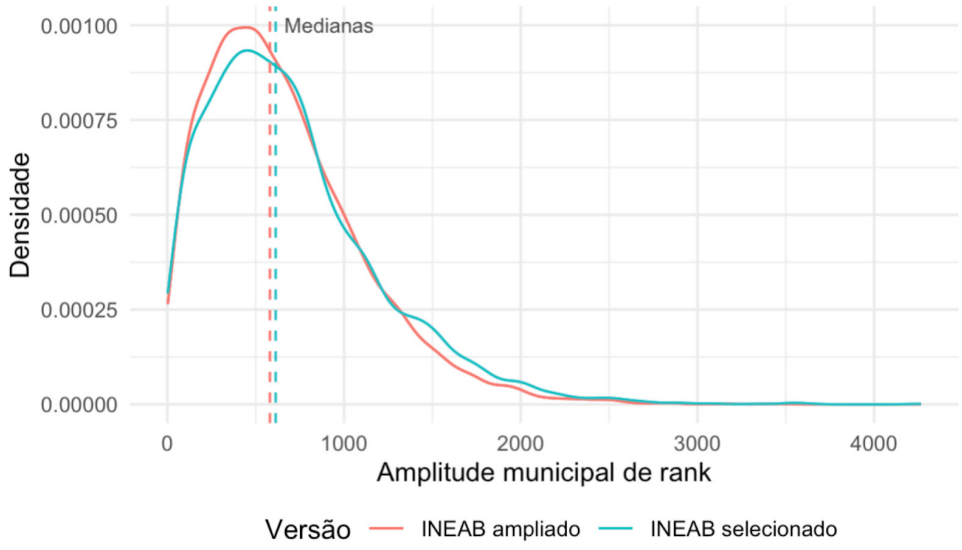
3 Análises de Incerteza e Sensibilidade

Para avaliar a robustez de um indicador composto, o *Handbook* recomenda variar diferentes aspectos de sua construção e mensurar o resultado dessas mudanças no índice. O processo começa com uma análise de incerteza, na qual o indicador é recalculado repetidamente a partir de diferentes combinações de escolhas metodológicas. Em seguida, é conduzida uma análise de sensibilidade, que identifica quais

mudanças têm maior impacto nos resultados, isto é, a quais etapas da construção o indicador é especialmente sensível. Dessa maneira, é possível verificar se a classificação da amostra pelo indicador composto é relativamente estável ou se depende fortemente de decisões que são subjetivas, mesmo quando bem fundamentadas.

Considerando que possíveis alterações na seleção de subindicadores já são abordadas por meio do cálculo de diferentes versões do INEAB e que não se vê razão para alterar o método de agregação, a análise de incerteza somente varia o método de normalização (entre *z-score* e *min-max*, outro método comum) e perturba os pesos de cada subindicador. Assim, cada versão do INEAB 2023 é recalculada cem vezes com combinações aleatórias das possibilidades de normalização e ponderação e, para cada município, é calculada a diferença entre seus *ranks* máximo e mínimo após a exclusão de seus cinco menores e cinco maiores *ranks*. Ao analisar todos os municípios, os resultados apontam para amplitude mediana do *rank* municipal na ordem de 600 posições para as duas versões do INEAB, conforme exposto no Gráfico 2.

Gráfico 2 — Distribuição da Amplitude Municipal de Rank na Análise de Incerteza



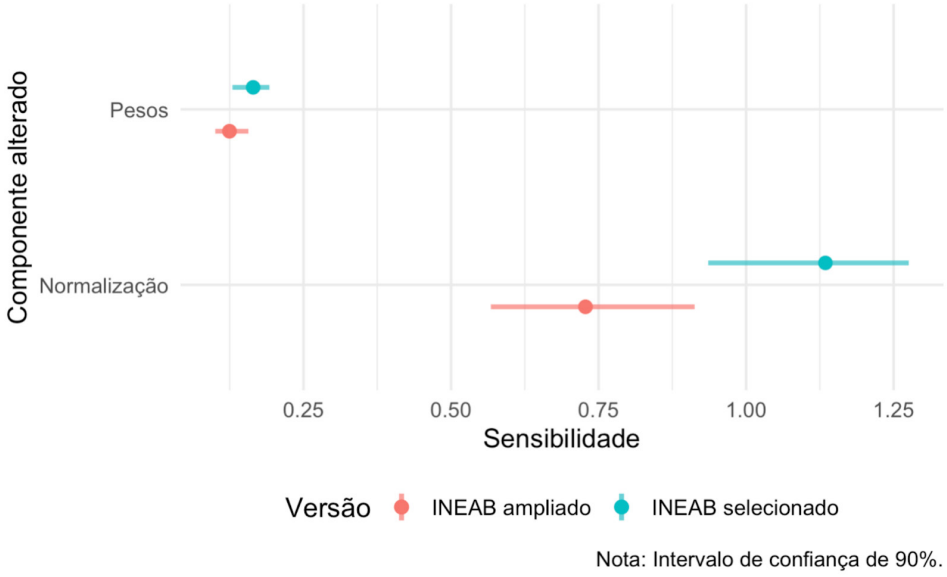
Fonte: Elaboração própria.

Diante da existência de 5.570 municípios no Brasil, uma amplitude municipal próxima à mediana equivale a uma mudança de decil na classificação municipal por INEAB. Embora esse grau de incerteza não seja extremo, ele indica que o índice não é altamente robusto, conclusão que se fortalece ao considerar os municípios com maior amplitude de *rank*. Como resultado, não se pode ter certeza de que os municípios classificados pelo INEAB como mais vulneráveis de fato o são, o que torna essa medida inadequada como critério único para alocar emendas ou examinar as decisões de parlamentares.

Tanto para o INEAB selecionado quanto para o INEAB ampliado, a análise de sensibilidade identifica a mudança na normalização como uma fonte de variação mais impactante do que a perturbação dos pesos. O Gráfico 3 ilustra essa relação por meio da medida de

sensibilidade elaborada por Saisana, Saltelli e Tarantola (2005), que consiste na contribuição fracional à variância do indicador composto, advinda da incerteza no parâmetro analisado. Essa medida inclui tanto o efeito direto da alteração em um parâmetro quanto suas interações com os demais parâmetros. Dessa forma, o alto grau de sensibilidade associado ao método de normalização evidencia a importância de justificar sua escolha com maior profundidade.

Gráfico 3 — Sensibilidade de Cada Versão do INEAB a Alterações em sua Construção



Fonte: Elaboração própria.

4 Considerações Finais

O objetivo da pesquisa apresentada neste artigo foi avaliar a adequação do INEAB como instrumento de orientação e fiscalização da distribuição municipal de EPs destinadas à APS. Com base na literatura sobre indicadores compostos, foram examinadas as escolhas metodológicas do INEAB e conduzidas análises de incerteza e sensibilidade. Os resultados apontaram para baixa robustez do INEAB, desencorajando sua utilização a menos que sejam apresentadas justificativas fortes para a seleção de subindicadores, pesos e método de normalização.

Apesar de suas limitações, o INEAB é uma importante reação inicial à atual distribuição de EPs, que atende a motivações particulares de parlamentares e cria distorções. Indicadores semelhantes têm o potencial de reduzir a influência de critérios político-partidários na destinação de EPs e favorecer uma abordagem técnica, promovendo a alocação coordenada e equitativa de recursos. Portanto, diante da crescente relevância de EPs no financiamento da saúde pública, são essenciais a formulação, a avaliação e a disseminação de novos indicadores compostos que retratem as condições municipais da APS de forma acurada e consistente.

Referências

BAPTISTA, T. W. F. et al. As emendas parlamentares no orçamento federal da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 12, p. 2267–2279, dez. 2012.

BECKER et al. COINr: An R package for developing composite indicators. **Journal of Open Source Software**, v. 7, n. 78, p. 4567, out. 2022.

CAVALCANTI, F. **Financiamento do SUS e emendas parlamentares:** uma análise da desigualdade das transferências de incremento ao custeio de serviços. Texto para Discussão n. 3149. Brasília: Ipea, 2025.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Emendas na saúde:** reduzindo desigualdades. 2023. Disponível em: https://emendasnasaude.org.br. Acesso em: 11 mar. 2025.

MENDES, M. Emendas parlamentares e controle do orçamento pelo legislativo: uma comparação do Brasil com países da OCDE. **Millenium Papers**, v. 8, n. 1, 2022.

NOBRE, V., RODRIGUES, M., SEMENTE, M. **Emendas Parlamentares em saúde**: para onde caminham? Nota Técnica n. 35. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; COMISSÃO EUROPEIA. **Handbook on Constructing Composite Indicators:** Methodology and User Guide. Paris: OECD Publishing, 2008.

SAISANA, M.; SALTELLI, A.; TARANTOLA, S. Uncertainty and sensitivity analysis techniques as tools for the quality assessment of composite indicators. **The Journal of the Royal Statistical Society**, **Series A**, v. 168, p. 307–323, 2005.

SILVA, A. S. et al. Transferências federais por emendas parlamentares aos municípios: implicações para o financiamento do SUS. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, 2024.

1 Este artigo é um resumo de uma pesquisa de Iniciação Científica, cuja versão completa pode ser solicitada à autora via e-mail.

(*) Aluna de graduação em Economia, FEA-USP.
(E-mail: anadinur@usp.br).

Relatório de Indicadores Financeiros[1]

Núcleo de Economia Financeira da USP – NEFIN-FEA-USP (*)

Em 02/jan/2012 foram (teoricamente) investidos R$ 100 em quatro carteiras *long-short* tradicionais da literatura de Economia Financeira. O Gráfico 1 apresenta a evolução dos valores das carteiras. (1) Carteira de Mercado: comprada em ações e vendida na taxa de juros livre de risco; (2) Carteira Tamanho: comprada em ações de empresas pequenas e vendida em ações em empresas grandes; (3) Carteira Valor: comprada em ações de empresas com alta razão "valor contábil-valor de mercado" e vendida em ações de empresas com baixa razão; (4) Carteira Momento: comprada em ações de empresas vencedoras e vendida em ações de empresas perdedoras. Para detalhes, visite o *site* do NEFIN, seção "Fatores de Risco": <http://nefin.com.br/risk_factors.html>.

Gráfico 1 – Estratégias de Investimentos (Long - Short)(02/01/2012 – 02/01/2026)

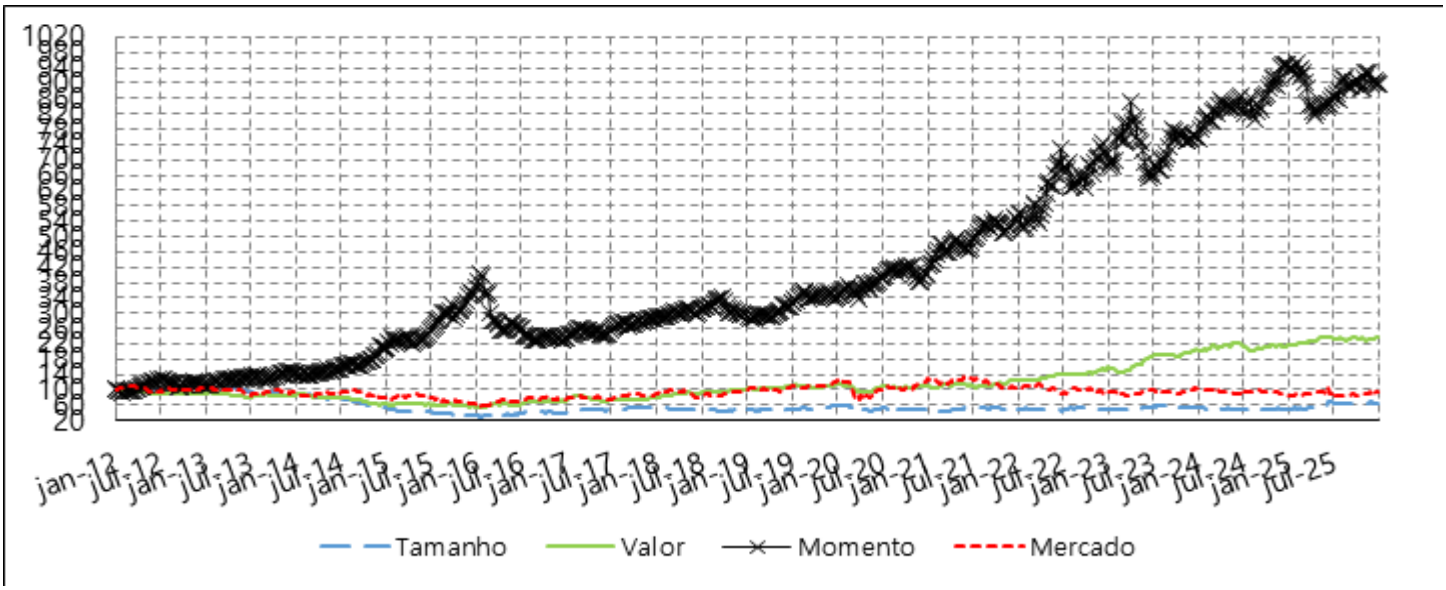


Tabela 1

	Tamanho	Valor	Momento	Mercado
Semana	-0,57%	0,19%	-0,18%	-0,45%
Mês de Dezembro	-3,14%	0,95%	-2,82%	0,46%
2025	33,71%	9,32%	-4,43%	7,86%
2010-2026	-41,56%	118,65%	1448,35%	-25,73%

O Gráfico 2 apresenta a evolução histórica do *dividend yield* do mercado acionário brasileiro: razão entre o total pago de dividendos nos últimos 12 meses pelas empresas e o valor total das empresas hoje. Essa é tradicionalmente uma variável estacionária (reverte à média) e é positivamente correlacionada com o retorno futuro esperado dos investidores. Ou seja, é alta em momentos ruins (de alto risco ou alta aversão ao risco), quando os investidores exigem retorno esperado alto para investir no mercado, e baixa em momentos bons. A Tabela 2 apresenta o inverso do *dividend yield*, conhecido como Razão Preço-Dividendo, de algumas empresas. Ordenam-se os papéis da última semana de acordo com essa medida e reportam-se os papéis com as dez maiores e dez menores Razões Preço-Dividendo.

Gráfico 2 – Dividend Yield da Bolsa (01/01/2009 - 09/01/2026)

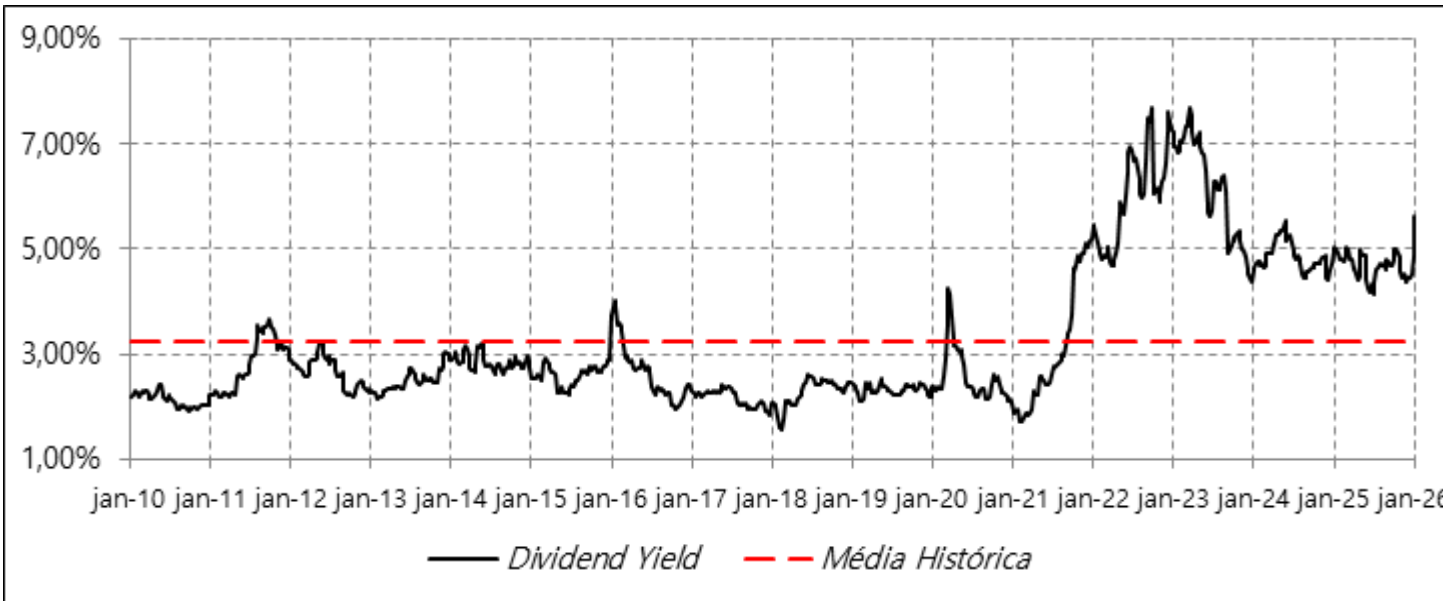


Tabela 2

	Dez Maiores		Dez Menores	
	Papel	Preço-Dividendo	Papel	Preço-Dividendo
1.	DXCO3	789,16	JSLG3	2,62
2.	PRNR3	375,82	GUAR3	2,76
3.	SMFT3	348,03	VULC3	4,31
4.	AURE3	204,59	POMO4	5,59
5.	NEOE3	146,70	FIQE3	5,79
6.	DESK3	124,62	MELK3	6,64
7.	RADL3	119,81	LOGG3	6,99
8.	EMBJ3	119,76	ITSA4	7,76
9.	WEGE3	104,04	MTRE3	7,93
10.	TTEN3	86,24	LAVV3	7,95

O Gráfico 3 apresenta a evolução histórica do *short interest* do mercado acionário brasileiro e a taxa média de aluguel de ações. O *short interest* de uma empresa é dado pela razão entre a quantidade de ações em aluguel e a quantidade de ações *outstanding* da empresa. Mede assim o estoque de vendas a descoberto realizadas com as ações da empresa, tendendo a ser maior em momentos de expectativa de queda no valor da empresa. O *short interest* do mercado, apresentado no gráfico, é a média (ponderada por valor) dos *short interest* individuais. A Tabela 3 reporta os cinco maiores *short interest* individuais e taxas de aluguel da semana passada, tanto em nível como primeira diferença (no caso deste último, são excluídos os papéis que tiveram variação negativa).

Gráfico 3 – Mercado de Aluguel de Ações (01/01/2013 - 09/01/2026)

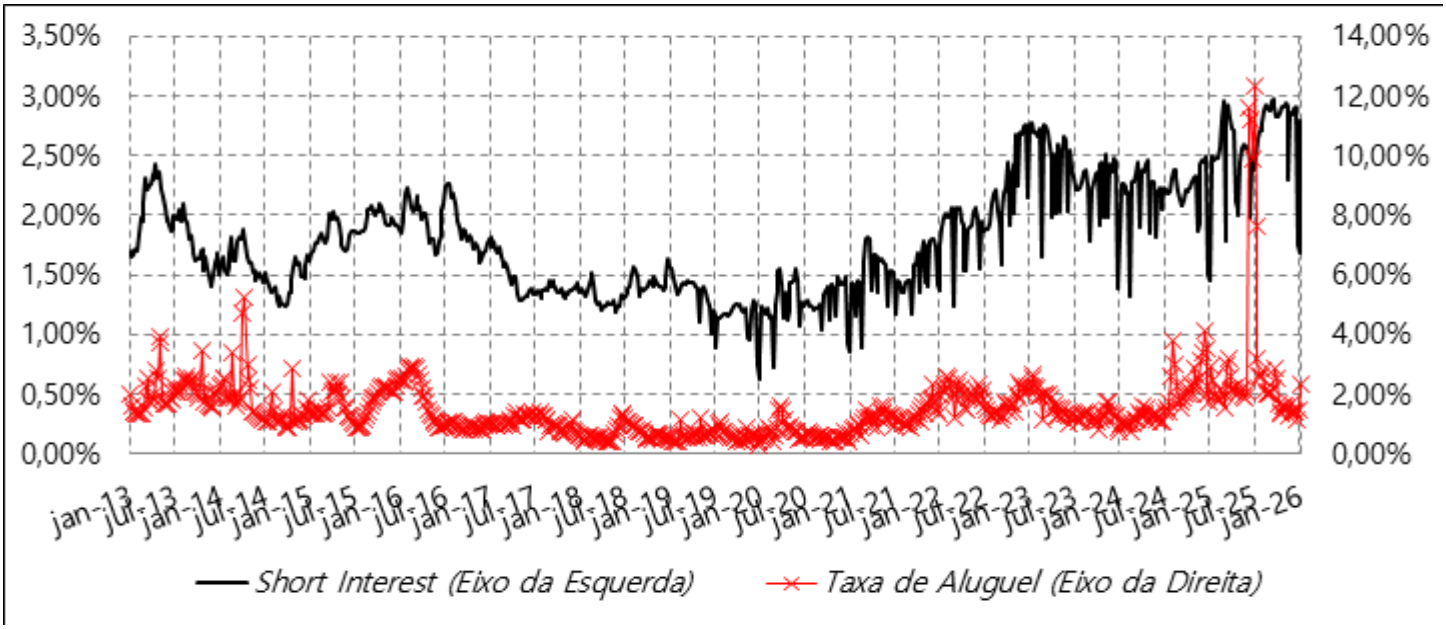


Tabela 3

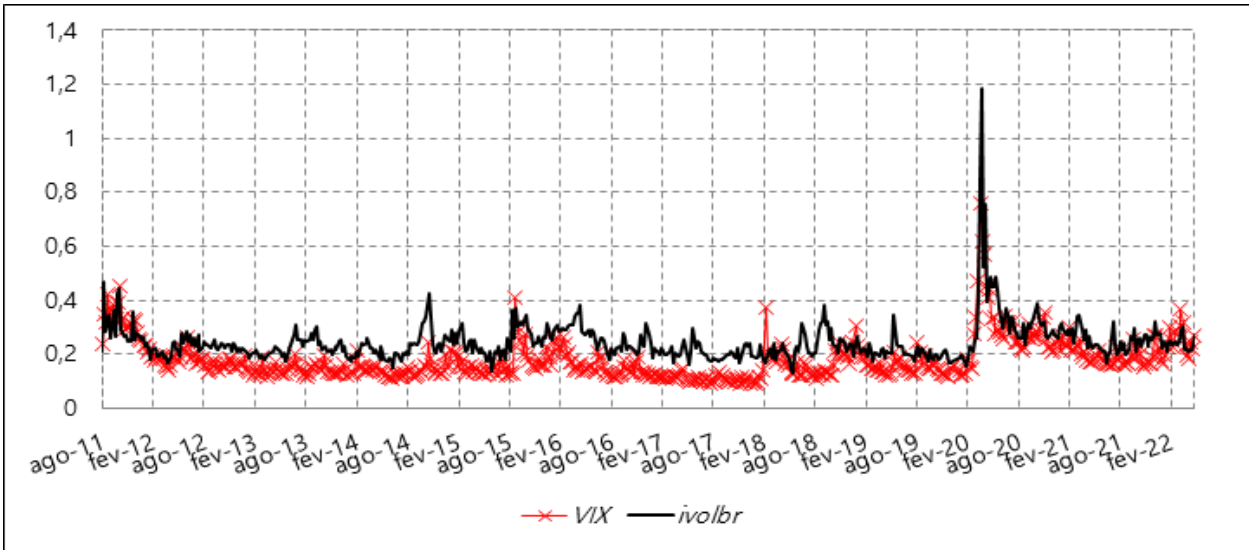
Cinco Maiores da Semana				
	Short interest		Taxa de Aluguel	
1.	RAIZ4	26,12%	RCSL3	39,35%
2.	GFSA3	20,74%	AZUL54	37,21%
3.	BRAV3	20,59%	CPFE3	33,89%
4.	AZUL54	17,52%	RCSL4	27,70%
5.	CVCB3	15,33%	CSED3	26,63%
	Variação no *short interest*		Variação na taxa de aluguel	
1.	RECV3	2,17%	AZUL54	23,34%
2.	AZZA3	1,81%	CPFE3	7,64%
3.	AZUL54	1,19%	BRAV3	5,93%
4.	HAPV3	1,15%	ONCO3	1,82%
5.	CEAB3	0,94%	UNIP5	1,27%

O IVol-BR é um índice de volatilidade futura esperada para o mercado acionário brasileiro. É derivado do comportamento dos preços de opções sobre o IBOVESPA. Já o VIX® é o índice de volatilidade futura esperada para o mercado americano calculado pela CBOE®.[2]

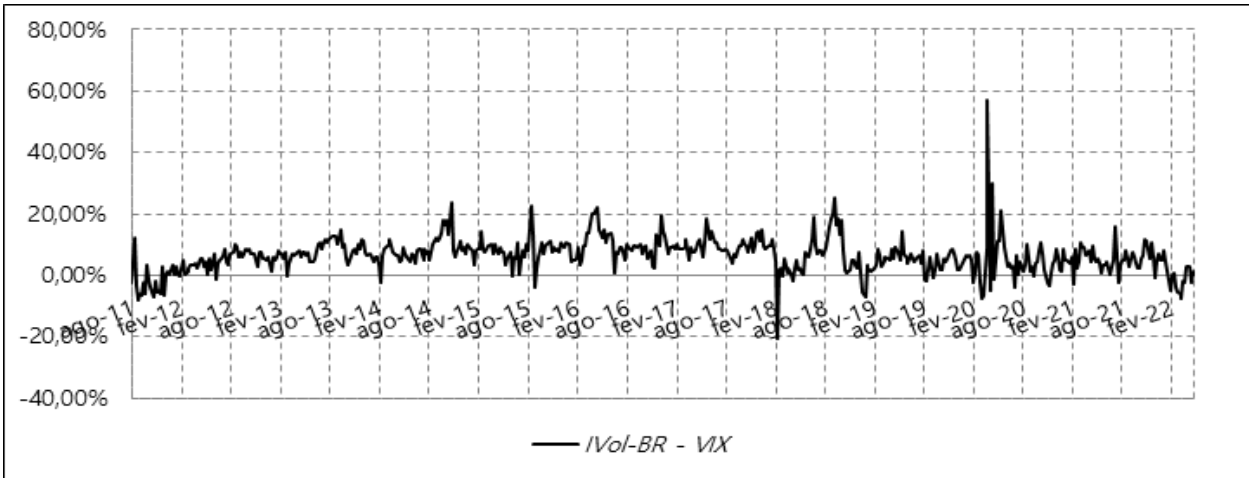
O Gráfico 4A apresenta ambas as séries. O Gráfico 4B apresenta a diferença entre os índices, capturando assim a evolução da incerteza especificamente local. Para detalhes, visite o site do NEFIN, seção "IVol-Br": <http://nefin.com.br/volatility_index.html>.

Gráfico 4 – Volatilidade Forward-Looking (01/08/2011 - 30/04/2022)

A



B



1 O NEFIN não se responsabiliza por qualquer dano ou perda ocasionada pela utilização das informações aqui contidas. Se desejar reproduzir total ou parcialmente o conteúdo deste relatório, está autorizado desde que cite este documento como fonte. O Nefin agradece à FIPE pelo apoio financeiro e material na elaboração deste relatório.

2 VIX® e CBOE® são marcas registradas da Chicago Board Options Exchange.

(*) <http://nefin.com.br/>.

pesquisa na fea – Economia

A hipótese Fair Wage e o custo da desinflação: uma abordagem DSGE

Lucas Daniel Duarte

Dissertação de Mestrado

Orientador(es): *Márcio Issao Nakane*

Banca: *Márcio Issao Nakane (Presidente), Eurilton Alves Araujo Junior, André Lunardelli, Roseli da Silva*

Link: *https://doi.org/10.11606/D.12.2025.tde-29092025-105414*

Resumo

Este trabalho visa examinar o papel da hipótese comportamental *fair wage* do tipo *gift-exchange* para melhorar a capacidade de um modelo DSGE Novo Keynesiano em explicar o custo de desinflações. Em simulações de desinflações de diferentes tamanhos, comparam-se as taxas de sacrifício geradas por dois modelos – um com a

hipótese comportamental de *fair wage* e outro sem. Encontra-se que o modelo com a hipótese comportamental tem um desempenho melhor ao gerar taxas de sacrifício maiores, alinhadas com estimativas da literatura empírica. A partir da decomposição da taxa de sacrifício em dois efeitos, argumentamos que, sem a hipótese comportamental, o modelo falha em gerar taxas de sacrifício empiricamente plausíveis, denotando a importância dessa hipótese para explicar o custo de desinflações em modelos DSGE Novo Keynesianos.

economia & história

Nacionalismo, Intervencionismo e Industrialização: o Estado Novo (1937-1945)

Ivan Colangelo Salomão (*)

A historiografia tradicionalmente define o desenvolvimentismo como um fenômeno observado a partir de 1930. Se parte da literatura hesita em conferir essa qualificação aos mandatos provisório (1930-1934) e constitucional (1934-1937) de Vargas, a controvérsia se encerra quando se analisa a política econômica adotada durante o Estado Novo (1937-1945), período em que o governo levou a cabo uma série de medidas e reformas estruturantes viabilizadas, por sua vez, pela ditadura que efetivamente se estabeleceu após 1937.

Aparentemente, trata-se de uma exceção à regra ainda a ser testada, que sugere a precedência de uma crise econômica quando de uma fratura institucional. Apesar das agruras impostas pela tortuosa negociação da dívida externa liderada por Oswaldo Aranha, a economia brasileira ostentava dados bastante satisfatórios, de modo que, ao menos do ponto de vista econômico, não se verificava pressão social que ensejasse, ou sequer justificasse, a ruptura.

De acordo com Fausto (2009), Vargas já se aproximava tanto da elite militar quanto da burguesia industrial desde 1933, aliança que lhe garantiu apoio de que precisava para rasgar mais uma constituição. Apoiado pelas Forças Armadas desde a Revolução de 1930 e empoderado pelos resultados econômicos positivos – crescimento médio de 5,7% ao ano entre 1931 e 1937 e inflação controlada devido aos efeitos recessivos da crise internacional –, o presidente não hesitou em assumir a roupagem de ditador.

Período reconhecido pelo aprofundamento das medidas de intervenção do Estado no domínio econômico, o Estado Novo ficou marcado pelo apelo nacionalista e pelo viés industrializante da política econômica. Sem embargo, as dificuldades enfrentadas no cenário externo adverso, especialmente no início da II Guerra (1939-1945), impuseram limites ao mesmo tempo em que trouxeram oportunidades para o desenvolvimento da economia brasileira.

O autogolpe, anunciado no dia 10 de novembro de 1937, veio acompanhado de medidas econômicas de

impacto. A primeira, e de alcance mais largo, foi a suspensão do pagamento do serviço da dívida externa.[1] Abordando a questão com tom desnecessariamente alarmista, Vargas declarou: "ou pagamos a dívida externa ou reequipamos as Forças Armadas e o sistema de transportes" (*apud* Abreu, 2014, p. 100), mobilizando, assim, o apoio dos militares para a etapa mais autoritária de seu primeiro mandato. O governo reconhecia a impossibilidade de honrar os pagamentos que haviam sido acordados no chamado "esquema Aranha" de 1934. A segunda medida procurava atenuar as respostas à primeira ao retomar o monopólio cambial sob o Banco do Brasil e criar, paralelamente, um imposto sobre operações cambiais (Fausto, 2009).

A reação dos credores não poderia ser outra que não a interrupção dos fluxos voluntários de financiamento da conta de capitais autônomos do balanço de pagamentos. Assim, o ano de 1938 assistiu a longa e tortuosa negociação com os credores e seus representantes políticos, que resultou na visita, articulada pelo Tesouro norte-americano, do chanceler brasileiro a Washington em fevereiro de 1939, naquela que ficaria conhecida como "missão Aranha". Essa aproximação determinou diretamente os rumos da diplomacia brasileira, tanto do ponto de vista econômico quanto político. A Inglaterra já não exercia a mesma influência sobre o Brasil como outrora, o comércio de compensação com a Alemanha enfrentava dificuldades e desconfianças e, circunstância ainda mais premente, o mundo estava às vésperas da eclosão da II Grande Guerra.

A agenda inicial de Aranha era ousada. No curto prazo, esperava-se negociar questões atinentes à política cambial, à dívida externa e às condições de remuneração dos investimentos norte-americanos no Brasil. No que concernia a matérias de longo prazo, previa-se debater assuntos concernentes à defesa, ao comércio, à criação de um banco central e a planos de desenvolvimento (Abreu, 2014).

No que tange especificamente à negociação da dívida externa, a missão colheu frutos aquém das expectativas. Em troca da retomada do pagamento de seu serviço, da regularização das remessas de lucros e dividendos de companhias norte-americanas, do esfriamento da relação comercial com a Alemanha e da liberalização parcial da política cambial – pois 30% das divisas ainda seguiriam sob a tutela do BB[2] –, Aranha acertou uma linha de crédito com o Eximbank de US$ 19,2 milhões para descongelar os atrasados comerciais e financeiros norte-americanos bloqueados no Banco do Brasil, valor inferior à metade do inicialmente requerido (Abreu, 2014, p. 94). Ademais, a expectativa de receber créditos de longo prazo tampouco se cumpriu num primeiro momento, o que contribuiu para que a recepção da missão Aranha no Brasil fosse unanimemente desfavorável, especialmente entre os militares, que julgavam que a retomada do pagamento da dívida deporia contra as importações e, consequentemente, contra o reaparelhamento das Forças.

Com efeito, a postura excessivamente generosa de Aranha para com os interesses norte-americanos não logrou equacionar a questão da dívida externa, ainda que tenha melhorado substancialmente as suas condições de pagamento. Em 1940, o governo brasileiro ainda se comprometeu a honrar débitos que correspondiam à metade do acordado em 1934. E finalmente, em 1943, sob pressão inédita dos negociadores americanos, o Brasil passou a priorizar as dívidas em dólares em detrimento dos interesses dos credores ingleses.

Por outro lado, além de ter frustrado a aproximação de setores das Forças Armadas brasileiras com a Alemanha nazista, a submissão de Aranha em relação aos Estados Unidos contribuiu para um novo impulso no projeto de industrialização do país. O ponto alto dessa relação deu-se com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, cuja negociação esteve envolta na conhecida barganha brasileira que entremeou interesses germânicos e norte-americanos.

O início do conflito na Europa trouxe novas dificuldades econômicas

para todo o planeta. Ainda assim, o Brasil logrou se beneficiar da reorientação que os setores produtivos das economias beligerantes se viram forçados a fazer. Nesse contexto, a balança comercial brasileira obteve melhora significativa em seus resultados a partir do início dos anos 1940; por outro lado, os investimentos diretos externos foram drasticamente reduzidos em função do acirramento dos conflitos. Entre 1941 e 1942, o saldo comercial brasileiro cresceu 134%, ao passo que, no triênio seguinte, o aumento foi da ordem de 34% (Bastos, 2008, p. 206). O efeito colateral dessa bonança, contudo, viria a desaguar na chamada ilusão de divisas por que passaria o governo Gaspar Dutra. Apesar do crescimento, o resultado comercial guardava problema congênito: a inconversibilidade de parte expressiva das moedas acumuladas no país. Nos termos de Vianna (2014, p. 109), "o problema fundamental da balança comercial estava no fato de o Brasil obter substanciais superávits comerciais com a área de moeda inconversível, enquanto acumulava déficits crescentes com os Estados Unidos e outros países de moeda forte".

Ainda assim, não é possível afirmar que a II Guerra beneficiou todos os setores exportadores brasileiros. O período foi de prosperidade inaudita para produtores de bens estratégicos para o conflito, como tecidos de algodão e pneumáticos. O que se mostrou suficiente, ainda assim, para que, a partir de 1942, o governo brasileiro passasse a acumular reservas cambiais, condição não observada desde pelo menos meados da década de 1920. O fluxo de capitais norte-americanos e, sobretudo, a retração das importações também desempenharam papel decisivo nesse processo.

O desempenho das importações responde, ao lado de outros fatores, por um dos mais importantes fenômenos observados no período: a aceleração da industrialização substitutiva de importações, sobretudo em setores pouco intuitivos, como produtos de base e bens de produção. A impossibilidade de adquirir bens manufaturados dos países beligerantes, cujos sistemas produtivos haviam se voltado para os esforços de guerra, contribuiu para a tomada de decisões de política econômica que estimulassem a produção local de produtos antes importados.

Por mais que o processo de industrialização já se mostrasse consciente e deliberado desde meados dos anos 1930, conforme argumentam Draibe (1985) e, sobretudo, Fonseca (2003), foi no contexto da Guerra que o governo brasileiro vislumbrou a oportunidade de tirar proveito da sua condição inicial de neutralidade. A criação da CSN, empresa de economia mista,[3] contou com empréstimo do Eximbank e parte da tecnologia norte-americana. Além do aço, Vargas também colocaria o peso do Estado na formação de uma empresa estatal no setor de petróleo durante o seu segundo mandato.[4]

Mas, apesar do papel relevante que instituições estrangeiras desempenharam para o desenvolvimento econômico brasileiro,[5] não foi apenas o investimento internacional o único fator a explicar o expressivo crescimento industrial observado nos anos 1930. O governo brasileiro utilizou-se de diversos instrumentos de política econômica – de curto e longo prazos – para atingir tais objetivos, como o aumento de impostos específicos, regulação do consumo compulsório de matérias-primas de produção doméstica e proibição de importação de equipamentos para determinadas indústrias, se caracterizada capacidade ociosa no setor (Fonseca, 2011).

Nesse sentido, é possível entender o Estado Novo como um período de mudanças na forma e na intencionalidade do governo brasileiro em relação às atribuições do aparato público. As profundas transformações por que passaram a economia e a sociedade brasileiras no período em análise ocorreram à luz da reestruturação do papel delegado à burocracia estatal nos rumos do desenvolvimento do país. Ponto-chave da política desenvolvimentista, a responsabilidade do ente público para se atingir esse objetivo auferiu novos contornos a partir de 1937, a qual norteou a vida pública brasileira por, pelo menos, 50 anos.

As diversas instituições – no sentido lato do termo – criadas na Era Vargas e, mais especificamente, durante o Estado Novo, denotam a intencionalidade da política econômica levada a cabo no período. Independentemente dos objetivos a partir dos quais foram criadas, elas tinham em comum a mão do "Estado provedor", termo assim cunhado por Bosi (2001), para organizar esse processo. Draibe (1985) e, sobretudo, Fonseca (2003) oferecem elementos que corroboram a hipótese de que, ao criar órgãos, leis, códigos etc., o governo incumbia-se deliberadamente de tarefa para a qual nunca havia sido incumbido: liderar o país rumo ao desenvolvimento.

Durante o Estado Novo, intensificou-se o provimento do Estado como indutor e regulador de política econômica ao se criar uma série de novas instituições, tais como: o Conselho Nacional do Petróleo; o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1938); o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia (1939); a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940); além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de ferrovias (1941); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce (1942); a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de Álcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Serviço Social da Indústria (SESI) e Plano Nacional de Obras e Equipamentos (1943); o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econômico (1944), e, finalmente, de 1945, a supracitada SUMOC, que iria voltar a regular uma das mais importantes instituições: a moeda e a política monetária (Fonseca, 2003).

Em sentido mais amplo, faz-se oportuno destacar a própria reforma do ensino patrocinada pelo ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. A medida visava treinar os trabalhadores para as atividades da produção,[6] em detrimento da cultura bacharelesca que predominara até então no sistema educacional brasileiro. A instituição do sistema Senai-Senac, em 1942, refletia o propósito do governo no concernente ao aperfeiçoamento dos trabalhadores urbanos. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, retratava essa mudança institucional, a qual verbalizava a nova realidade econômico-social de um país que se industrializava e se urbanizava rapidamente. Diante desse contexto, caberia ao Estado não apenas preparar a crescente oferta de mão de obra para o mundo do trabalho, mas também regular as suas condições de subsistência (Fonseca, 1989).

O conjunto dessas transformações ajuda a evidenciar o sentido das ações econômicas de Estado levadas a cabo ao longo do Estado Novo. Com efeito, é exatamente a compreensão articulada entre política econômica instrumental e as mudanças institucionais que permite evidenciar o sentido e o propósito do nacional-desenvolvimentismo que caracterizou o período.

Referências

ABREU, Marcelo de P. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: _____. (Org.). **A ordem do progresso**. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Z. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas. **Economia**, v. 9, n. 4, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORSI, Francisco Luiz. Projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. (Org.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. Ed. Unesp, 2012.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009. Originalmente publicado em: 2001.

FONSECA, Pedro Cezar D. **Vargas**: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1, 2003.

_____. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2011.

1 Muito se especula acerca do suposto oportunismo político da medida. A depender dos seus resultados objetivos, pode-se entender a moratória como uma estratégia acertada. De acordo com Abreu (2014), "enquanto nos anos iniciais da década de 1930 o Brasil pagou serviço acima de suas possibilidades cambiais, o contrário ocorreu a partir de 1937, quando pagou menos do que indicava a sua presumível capacidade de pagar". Em 1931, o governo precisava demonstrar compromisso com a manutenção dos contratos, de modo que enviou ao exterior recursos líquidos além do que a economia brasileira suportava. Em 1934, no chamado "esquema Aranha", o governo brasileiro aceitou um acordo "ainda generoso quando comparado à capacidade de a economia gerar divisas". A moratória de 1937 contribuiu para reverter essa tendência, de maneira que os acordos firmados na década de 1940 mostraram-se mais favoráveis ao Brasil (Abreu, 2014).

2 Estabeleciam-se, naquele momento, três taxas de câmbio: (1) a livre, que variava ao sabor das condições do mercado; (2) a oficial, mais favorável ao governo do que a "livre", e empregada no pagamento de compromissos oficiais, e (3) a livre-especial, destinada a transações financeiras privadas, como remessas de lucros e dividendos, mais desvalorizada do que a primeira.

3 Diante do desinteresse das empresas norte-americanas em aderir ao projeto, o governo brasileiro viu-se obrigado a participar do capital da empresa, tal qual viria a ocorrer com a Vale do Rio Doce.

4 Apesar de a Petrobras ter sido criada em 1953, a questão do petróleo já tomava corpo desde antes mesmo da II Guerra. Diante da proposta realizada por parte das empresas que compunham o chamado grupo das "7 irmãs" de instalar refinarias no país, o governo brasileiro decretara, em 1938, a nacionalização do setor, mas não o monopólio estatal. A disputa político-ideológica ao redor do tema viria a resultar na criação da campanha "O petróleo é nosso", já no início dos anos 1950.

5 Ainda durante o Estado Novo, havia sido constituída a Missão Cooke (1942), grupo de estudos formado por especialistas americanos e brasileiros com o intuito de discutir propostas para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, notadamente a siderurgia (Corsi, 2012). Anos depois, instituiu-se outra equipe a fim de debater os mesmos propósitos, a chamada Missão Abbink (1948), cujos trabalhos resultaram, em 1951, na formação de um importante fórum de diálogo sobre os problemas da economia brasileira: a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU).

6 Dentre as principais medidas da reforma, Fausto (2009) destaca a criação do currículo seriado, a imposição de frequência obrigatória, a exigência de diploma para ensino superior etc.

(*) Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e membro do Hermes & Clio, grupo de pesquisa em História Econômica. (E-mail: ivansalomao@usp.br).